

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E DOZE:** =====

===== *Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e doze, pelas dezasseis horas e cinquenta minutos na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município.* =====

===== **Ponto dois:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano Saneamento Financeiro – Reporta a 31 de dezembro 2011 (atualizado a 16 de janeiro de 2012) - Conhecimento e tomada de posição;* =====

===== **Ponto três:** *Protocolo de Colaboração, a celebrar com a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, com vista à comparticipação financeira das despesas não elegíveis no âmbito da Candidatura ao MODCOM C: “Iluminação de Natal 2011 e Segurança de Eventos” – Autorização;* =====

===== **Ponto quatro:** *Protocolo de Colaboração com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização dos eventos: “Curso Carnavalesco, Jogos Tradicionais, Marchas e Carnaval de Verão” – Autorização;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de Colaboração com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização do evento “Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro Terras de La-Salette 2012” – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Adenda ao protocolo de Colaboração celebrado com a Associação Musical das Beiras, com vista à implementação de atividades culturais, especialmente no domínio musical – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Proposta de marcação de linha amarela na Rua Rotunda da Ramadinha, freguesia de Vila de Cucujães – Aprovação;* =====

===== **Ponto oito:** Proposta de marcação de linha amarela na Rua Capela Mártir São Sebastião, freguesia de Vila de Cucujães – Aprovação; =====

===== **Ponto nove:** Proposta de marcação da via na Rua Ferreira de Castro, freguesia de Pindelo – Aprovação; =====

===== **Ponto dez:** Melhoramentos dos níveis de segurança na Rua do Mosteiro, junto ao edifício da Junta de Freguesia de Cucujães – Aprovação; =====

===== **Ponto onze:** Melhoramento dos níveis de segurança da circulação dos peões na Rua da Galiza (junto à Quinta do Grupo Folclórico de Cidacos), freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto doze:** Melhoramento dos níveis de segurança da circulação dos condutores na Rua Monte do Castelhão, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto treze:** Melhoramento dos níveis de segurança, proibição de estacionar na Rua Doutor Tomás António Fernandes, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto catorze:** Melhoramento dos níveis de segurança na Rua Tomás Figueiredo de Araújo Costa, freguesia de Santiago de Riba – UL – Aprovação; =====

===== **Ponto quinze:** Melhoramento das condições de segurança rodoviária – Rotunda Macieira de Sarnes, freguesia de Macieira de Sarnes – Aprovação; =====

===== **Ponto dezasseis:** Melhoramento dos níveis de segurança na Rua Pombal da Igreja, freguesia de Loureiro – Aprovação; =====

===== **Ponto dezassete:** Melhoramento dos níveis de segurança na Avenida Comendador Ângelo da Silva Azevedo (na rotunda junto à GNR Cesar), freguesia de Cesar – Aprovação; ==

===== **Ponto dezoito:** Melhoramento dos níveis de segurança no entroncamento da Travessa do Requeixo com a Rua do Requeixo, freguesia de Macinhata da Seixa – Aprovação; =

===== **Ponto dezanove:** Melhoramento dos níveis de segurança na Rua de Bráfemes, Rua da Boavista, Rua Manuel José Pinho Júnior e na Praça do Senhor da Campa, freguesia de Santiago de Riba-Ul – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte:** *Proposta de ordenamento de trânsito na Rua Bento Landureza, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Proposta de ordenamento de Trânsito na Rua do Mosteiro, freguesia de Vila de Cucujães – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Proposta de ordenamento de trânsito no caminho sem saída entre a Rua do Cruzeiro e Travessa do Cruzeiro, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;*

===== **Ponto vinte e três:** *Proposta de ordenamento de trânsito em várias ruas na Freguesia de Travanca – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Proposta de postura de trânsito na freguesia de Macieira de Sarnes – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Proposta de alteração de lugar de estacionamento de Táxi na freguesia de Carregosa – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Proposta de implantação de um lugar para deficientes na Rua Doutor Artur Correia Barbosa, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e sete:** *Proposta de criação de espaço público de estacionamento para os utentes da Casa Museu Regional de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e oito:** *Proposta de sinalização no entroncamento da Rua Doutor Tomás António Fernandes com a Travessa Manuel Alegria e a Rua Frei Caetano Brandão, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e nove:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação final;* =====

===== **Ponto trinta:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis - Freguesia de Fajões – Aprovação final;* =====

===== **Ponto trinta e um:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Loureiro – Aprovação final;* =====

===== **Ponto trinta e dois:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Santiago de Riba - UL – Aprovação final;* =====

===== **Ponto trinta e três:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Travanca – Aprovação final;* =====

===== **Ponto trinta e quatro:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Ossela – Aprovação final;* =====

===== **Ponto trinta e cinco:** *PI/9518/2011 – Fluidotrónica – Equipamentos Industriais – Margem de acerto e retificação;* =====

===== **Ponto trinta e seis:** *Declaração de Utilidade Pública para a implementação da área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro – Retificação das parcelas n.ºs 40-B; 62, 63, 82, 84 e nova parcela n.º 96;* =====

===== **Ponto trinta e sete:** *Concessão do TUAZ – Retificação das peças procedimentais e prorrogação do prazo de apresentação de propostas – Ratificação e convalidação de atos entretanto praticados;* =====

===== **Ponto trinta e oito:** *Comissão de Acompanhamento à Central de Biomassa, sita em Silvares, freguesia de Carregosa;* =====

===== **Ponto trinta e nove:** *Constituição do Conselho Cinegético Municipal de Oliveira de Azeméis – Designação de um Presidente de Junta de Freguesia;* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Domingos Campos Silva, Helga Alexandra Freire Correia, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pinheiro Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel de Pinho e Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Manuel Francisco dos Santos Valente, Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos*

*Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernando Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões. =*

*===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela e João Carlos Amaral Osório Nunes Silva =====*

*===== **Ausência dos Membros:** Isabel Maria Fernandes G. Ferreira de Vilhena, Rui Filipe Fernandes Nunes e Rodrigo Moreira Silva. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Jorge Fernando Rocha Paiva que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena; Helga Alexandra Freire Correia que marcou presença para substituir o seu colega de partido Rui Filipe Fernandes Nunes, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====*

*===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando: =====*

*===== Os deputados inscritos são: Ana Neves, Amaro Simões, Miguel Portela, Filipe Carvalho, Armindo Nunes, José Campos Silva, Ricardo Bastos ou Dr. Manuel José Soares, Helga Correia e António Rosa. Penso que não há mais ninguém inscrito. Posto isto e com as desculpas porque houve aqui um problema com o som que nos fez atrasar um bocado o início desta Assembleia e lembrando que hoje é uma Assembleia com trinta e nove pontos, pedia alguma síntese também. Vamos iniciar o “Período de Antes da Ordem do Dia” e eu dava a palavra à Dr.ª Ana Neves. =====*

*===== Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, comunicação social e público aqui presente. O ano de 2012 é designado Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações. Segundo a decisão n.º 940 de 2011 da União Europeia, do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de setembro, “o objetivo global do Ano Europeu é facilitar a criação de uma cultura de envelhecimento ativo na Europa baseada numa sociedade para todas as idades”. A Câmara Municipal e a Rede Social de Oliveira de Azeméis não poderiam ficar indiferentes a estes objetivos face às suas responsabilidades de promoção da coesão e do desenvolvimento social do concelho, incentivando a uma cidadania ativa e plena de participação, pelo que delinearam para Oliveira de Azeméis o Programa Municipal do Ano*

*Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações 2012, com os seguintes objetivos: Sensibilizar a família e a sociedade para os afetos e valores de respeito, dignidade, solidariedade e responsabilidade para com os cidadãos idosos; Contribuir para uma participação cívica e social mais ativa dos idosos na vida da sociedade, habilitando-os para um melhor exercício dos seus direitos; Proporcionar um envelhecimento pró-ativo, qualidade de vida e bem-estar biopsicossocial, prevenindo a doença e criando mecanismos facilitadores de acesso a estas vivências multidimensionais; Promover a autoestima, a valorização social e a educação ao longo da vida, de modo a atingir elevados níveis de integração social da pessoa idosa, evitando o isolamento social, a exclusão e a marginalização; Criar mecanismos facilitadores do acesso a atividades culturais, recreativas, desportivas e de lazer na tentativa de promoção de uma cultura intergeracional e interinstitucional, com ganhos evidentes ao nível da independência e autonomia do idoso; Promover a interação e o contacto entre os Sêniores e as gerações mais novas no sentido em que as trocas e o convívio permitem a adaptação a novas vivências e a construção de pontes para a transmissão de valores e saberes distintivos da identidade de um povo ou de uma região. Face a estes objetivos foi projetado um vasto conjunto de ações, visando a descentralização e a proximidade das intervenções, mas também, o envolvimento de toda a comunidade e instituições na promoção do envelhecimento ativo e no enquadramento de todas as gerações em ações de interesse social e comunitário. No concelho de Oliveira de Azeméis existe mais de 12 mil idosos com mais de 60 anos, dos quais 4119 vivem sozinhos ou na companhia de uma só pessoa. As comemorações iniciam-se hoje e prolongam-se até Dezembro. Até ao encerramento, os idosos do concelho participarão em várias atividades subordinadas a temáticas mensais. O programa anual inclui a emissão do - Passaporte Sénior, um documento destinado a estimular a participação dos idosos nas atividades, a criação da linha - Voz da Alegria de apoio ao sénior, o programa de troca de saberes entre gerações aulas cruzadas, ciências partilhadas e as oficinas – Projeto de Vida no âmbito da transição da vida ativa para a aposentação. As ações estendem-se ainda ao seminário - o Lúdico e o Jogo, - Desfile de Moda intergeracional, programas – Ir Mais Longe, - Tardes Maiores e – Viver Melhor, torneios desportivos interfreguesias, tarde dançante e comemorações do Dia Internacional do Idoso entre outras. Por último, importa salientar que há muito para viver depois dos 60 e a sociedade está a valorizar cada vez mais a contribuição das pessoas idosas. É isso que significa envelhecimento ativo: tirar mais e não menos partido da vida à medida que se envelhece, tanto no trabalho como em casa ou na comunidade. E isso não só afeta cada pessoa individualmente, mas também a sociedade no seu conjunto. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bernardo Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. ==*

*===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, imprensa, boa tarde. Antes de mais,*

*queria dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pelo discurso empolgante com que nos brindou a nós e à terceira idade na abertura do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo. Parabéns. Eu queria falar um bocadinho sobre a Reforma Administrativa e o que tem a ver com a freguesia de S. Roque. No âmbito do Documento Verde da Reforma da Administração Local em que a freguesia de S. Roque estaria a salvo da imposição de agregação, a Assembleia de Freguesia entendeu por bem manifestar a sua confiança na Junta no sentido de: primeiro, defender a Freguesia na sua configuração atual tendo em conta que cumpre os requisitos necessários para a sua consolidação; segundo, considerando que a freguesia pela sua especificidade sociológica e histórica dispõem de dois aglomerados com vida própria com condições e equipamentos afetos, prefigurando e convivendo como uma agregação ou união antecipada; terceiro, daí a Vila ser dotada de dois cemitérios, dois centros de culto, dois clubes desportivos federados, dois postos dos correios, escolas, etc. e estruturas como se de duas freguesias se tratasse. No entanto, por respeito e solidariedade que devemos ter com as freguesias a ser descaracterizadas e convictos que esta reforma não se faz predominantemente por razões económicas, se for necessário estamos disponíveis para acolher outras propostas em benefício de melhor ajustamento e ordenamento coerente do território do concelho. Esta Reforma a ser feita que o seja por quem a vai gerir e se possível sem interferência de qualquer unidade técnica estranha. Os objetivos são aliciantes, alargamento das atribuições e recursos das freguesias, assim como competências, mais capacidade de intervenção, isso é o que nós queremos todos, mas de acordo com a proposta, segundo princípios ainda a definir. Logo, a bondade desta proposta está por demonstrar e tem ainda muito por esclarecer. Somos convidados a fazer opções um pouco no vazio acreditando nas boas intenções, mas nunca sabendo qual é a última redação. Às Juntas de Freguesia devem ser atribuídas não só por delegação mas de direito e de facto novas competências e recursos. É pacífico que o investimento do dinheiro pelo poder central rende na Câmara dois e potencia cinco na Junta de Freguesia desde que esta apresente dimensão e escala adequada, acrescentaria que não muito pequena nem excessivamente muito grande. E no atual sistema um Presidente de Câmara, mas até de Junta, tem de ser dotado de muita firmeza e personalidade se quiser ser justo e imparcial pois são muitos aqueles que lhe querem apresentar faturas de eleição e deve tomar cautelas porque à sua sombra, sem responsabilidades perante os eleitores, há quem queira ser mais papista que o Papa. Conclusão, a experiência vai-nos confirmando que um Presidente de Câmara, de Junta ou do País tem mais garantia de sucesso quanto mais isento, mais justo e mais independente se revelar. Se alguém ajudar, melhor. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela. =====*

*===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, demais Vereadores, colegas da Assembleia Municipal, Senhores jornalistas,*

*Excelentíssimos senhores da audiência. Esta semana, vivemos mais um dia intenso em Oliveira de Azeméis, tivemos mais uma vez as ruas cheias de pessoas que decidiram passar um bom bocado do seu tempo livre em Oliveira de Azeméis. É nestes momentos que tanto eu como o CDS/PP vamos buscar energia para não deixar de lutar pela dinâmica que a nossa terra tanto precisa. Em tempos idos, qualquer fim-de-semana ou feriado, tínhamos movimentações parecidas com as que observamos no nosso Carnaval. Era bom passear em Oliveira de Azeméis. A rotunda do Rainha era ponto de peregrinação dos forasteiros e a zona do Gemini paragem obrigatória a todos os jovens para se encontrarem. Começo por endereçar os parabéns à FAMOA e aos restantes elementos organizadores e participantes por mais esta excelente organização e agradeço-lhes por lutarem, por não deixarem morrer a vida na nossa terra numa procura constante por atrações que nos tragam o movimento que em tempos tivemos. Estou atento e meus amigos, foi com grande alegria que vi o primeiro Carnaval de Verão na nossa cidade, todos temos obrigação de colaborar para que este ano se repita esse evento, queremos ver no verão as ruas como vimos na passada terça-feira. Enquanto líder do CDS/PP, partilho convosco todo o empenho que temos tido para que Oliveira de Azeméis recupere o vigor de tempos idos e temos trabalhado afincadamente em todas as frentes para que isso se torne realidade. O CDS/PP conseguiu como interlocutor da entidade organizadora intermediar com a autarquia a realização do I Campeonato Nacional de Danças de Salão, realizado no nosso concelho. Também na busca de soluções já partilhadas com a autarquia a nossa perspectiva da retoma das famosas corridas de autocross que enchem o nosso concelho aos sábados à tarde. Toda a nossa pesquisa sobre o assunto foi disponibilizada, pois defendemos que o progresso do nosso centro urbano e comércio tradicional não pode nem deve estar prisioneiro de propostas eleitorais. Ontem já era tarde, daí mantermos esta nossa postura de colaboração com a autarquia neste âmbito revitalizar o centro urbano e o nosso comércio tradicional. Não precisam de nos procurar como tenho feito, e quando sentir ser útil a nossa colaboração, irei apresentar as nossas propostas como até aqui tenho feito. Como os tempos em que vivemos são difíceis e não se auguram mais fáceis num futuro próximo, tudo o que pudermos fazer para revitalizar o nosso concelho será louvável, pois um concelho forte em atividade resiste melhor à adversidade. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º. Filipe Carvalho. =====*

*===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público, comunicação social. Mais uma vez Oliveira de Azeméis foi invadida por milhares de pessoas para testemunharem o grande trabalho de dedicação e o empenho do movimento associativo. As associações do nosso concelho, em tempos de grande crise financeira, demonstraram uma enorme criatividade ao premiarem os oliveirenses com um magnífico Corso Carnavalesco.*



*Tendo aumentado o número de figurantes para mais de um milhar, contando com vinte e cinco carros alegóricos pertencentes a quinze associações. O Carnaval de Oliveira de Azeméis, está rodeado por três cidades com tradições carnavalescas Ovar, Estarreja e Mealhada, no entanto tem atraído cada ano que passa mais pessoas às ruas da cidade e com uma particularidade que os investimentos são reduzidos. Pelo que a bancada do PSD, solicita a todos os agentes da organização em particular os criativos e todos os elementos participantes, a todos eles, o nosso bem-haja. À FAMOA e à Câmara Municipal deixamos um pedido para que não deixem apoiar este evento, bem como o Carnaval de Verão, pois provavelmente serão as maiores manifestações populares do nosso concelho, a todos, mais uma vez, um bem-haja. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta.*

*===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas Membros da Assembleia e caros Oliveirenses. Visitaram recentemente a minha freguesia duas ilustres comitivas, por iniciativa das Comissões Políticas concelhias do CDS/PP e do Partido Socialista. Quero antes de mais agradecer a ambas as Comissões Políticas, na pessoa do Dr. Miguel Portela e do Eng.º Joaquim Jorge, o facto de se terem interessado pela minha freguesia, pela sua história, pelo presente e pelas suas potencialidades ao promoverem esta visita, chamando a atenção para a nossa realidade. Serão sempre bem vindas todas as visitas que as forças políticas do nosso concelho fizerem à freguesia, mesmo que apontem, de forma construtiva, opções diferentes das que temos seguido, mesmo que apontem erros que entendam tenhamos cometido. Teria todo o gosto em proporcionar uma visita ao interior da Casa dos Paços do Município e Cadeia, se tivesse sabido dessa vontade por parte da Comitiva do CDS/PP. É um belo edifício setecentista, recuperado no final do século passado e ainda em bom estado de conservação. Como belas são as várias casas brasonadas, tanto da Zona Histórica da Bemposta, como as casas do Cruzeiro e das Vendas. A Casa dos Paços do Concelho e Cadeia é património público e alberga neste momento a sede de uma dinâmica associação cultural e recreativa da freguesia - o Desafio D'Arte, que muito tem prestigiado a nossa terra, como, de resto fazem outras associações. Está aberta na maior parte dos dias da semana, nos horários publicados no respetivo site. Os outros edifícios são de particulares, pelo que teríamos sempre de articular uma visita com os proprietários, a maior parte dos quais residentes fora. A Comitiva do PS visitou também longamente a Zona Histórica e visitou diversos outros pontos da freguesia que mereceram a sua atenção, por terem diretamente a ver com o desenvolvimento e a qualidade de vida das populações. Tenho conhecimento que esta Comitiva retirou desta visita algumas consequências, nomeadamente apresentando proposta concretas de intervenção da Câmara. Em relação à Zona Histórica da Bemposta, a Vereação do Partido Socialista propôs que: "seja efetuado um plano de promoção turística da zona histórica da Bemposta que, entre outros aspetos, possa incluir um conjunto de*

*iniciativas de animação cultural; uma oferta turística integrada com equipamentos de lazer de outras freguesias; um circuito pedestre; a sua dinamização junto da população estudantil.” Esta proposta foi aprovada pelo Executivo, o que revela a sensibilidade que os seus Membros têm para com esta causa. Acrescentaria que podíamos começar por promover a Zona Histórica da Bemposta no site da Câmara. De facto, existe apenas uma referência no separador de Turismo e no de Freguesias, mas sem uma única fotografia. A freguesia por si só não tem meios, nem materiais, nem humanos nem tão pouco a visibilidade pública da Câmara, pelo que estas iniciativas tomam outra notoriedade quando são promovidas ou divulgadas pelo Município. Aproveito, por isso, esta oportunidade para pedir ao Senhor Presidente da Câmara e ao restante Executivo a merecida atenção para as potencialidades desta zona, que não se limita às fronteiras da freguesia, antes tem uma importância que deve honrar todo o concelho. Por último, quero deixar a todos os Membros desta Assembleia e do Executivo o convite para visitarem a Zona Histórica. Estou certo de que vale a pena. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====*

*===== Muito boa tarde a todos. Estamos prestes a iniciar mais um “Ciclo da Primavera”. Trata-se de um ciclo cultural que se afirmou no panorama cultural da região sobretudo pela grande qualidade dos seus espetáculos. Para o ano de 2012 o “Ciclo da Primavera” irá permitir a vinda a Oliveira de Azeméis de artistas nacionais de créditos firmados. Gostaria de realçar a presença entre nós, para a realização de espetáculos que se adivinham de qualidade, os artistas Pedro Abrunhosa, Fernando Mendes e Luís de Matos. O Ciclo Cultural da Primavera tem proporcionado aos cidadãos de Oliveira e Azeméis espetáculos que normalmente só estão disponíveis nas grandes cidades do país. Ainda do ponto de vista cultural é com agrado que vemos o relançamento do jornal “A Voz de Azeméis”. Oliveira de Azeméis sempre foi conhecida pela força da sua imprensa regional, que teve um papel preponderante nas últimas décadas. Oliveira de Azeméis e os Oliveirenses precisam de ter acesso no seu dia-a-dia a uma comunicação social séria e independente, pelo que do lado do PSD apenas podemos estar satisfeitos e desejar à publicação e aos novos proprietários as maiores felicidades. Por fim gostaria ainda de fazer uma breve referência ao projeto Champimovél, que esteve presente no nosso concelho e que se revelou uma iniciativa de sucesso. Este projeto da Fundação Champalimaud, tem permitido aos mais novos conhecerem melhor os caminhos da ciência particularmente os trabalhos que a fundação em causa tem vindo a desenvolver. Registo com satisfação a atenção e importância que autarquia de Oliveira de Azeméis deu a este projeto disponibilizando transporte para que todas as crianças do nosso concelho pudessem viver esta experiência. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Permita-me só uma brevíssima explicação aqui à dança dos Vereadores para cima e para baixo. Há aqui uma coisa logística, isto hoje está mais curto, deve faltar aqui uma mesa. Há menos espaço mas também a Dr. Gracinda Leal chegou um bocadinho atrasada porque estava precisamente na abertura do “Ano Europeu do Envelhecimento Ativo” e o Dr. Ricardo Tavares teve de sair porque vai receber agora às cinco e meia, no Salão Nobre da Câmara Municipal, o Senhor Governador do Distrito Rotário, que é uma tradição que é feita sempre que o Governador visita o Clube Rotário, fazer essa visita e portanto esta primeira explicação. Relativamente às intervenções, a primeira foi da Senhora Deputada Ana Neves, dar-lhe nota que aquilo que fizemos em 2011 e em 2010 na questão do voluntariado e da luta contra a pobreza e da exclusão social a Câmara Municipal decidiu uma vez mais assinalar com alguma importância, dar uma importância significativa à comemoração destes anos. O que importa também aqui destacar é aquilo que nós queremos, é que no final de cada ano possamos fazer um balanço positivo e dizermos todos que valeu a pena assinalar e comemorar estes anos. Esta questão do envelhecimento ativo é uma questão importantíssima tendo em conta a qualidade de vida, tendo em conta o aumento da esperança média de vida, as pessoas vivem até mais tarde e isso é motivo de satisfação. Aquilo que queremos é que elas vivam com condições de dignidade e com cada vez mais e melhor qualidade de vida e também o que desejamos todos sem exceção é a colaboração das nossas IPSS, da nossa Rede Social e das nossas dezanove Juntas de Freguesia. Depois no final do ano cá estaremos para fazer o balanço e esperamos todos que tenhamos um concelho ainda mais justo mais fraterno e ainda mais solidário. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de S. Roque, Senhor Amaro Simões sobre a Reforma Administrativa, vou-lhe só fazer uma correção de simpatia, está a ver como eu estou atento, é que o Senhor Presidente ao dar nota das potencialidades da Freguesia disse que tinha dois cemitérios e disse que tinha dois clubes federados. O Senhor tem três, porque o ENESSE também é um clube federado, é um jovem clube federado, não na modalidade de futebol mas na modalidade de basquetebol e portanto é ainda uma freguesia mais rica do que aquilo que o Senhor a caracterizou. Isto é só para perceber que eu estou atento. Eu percebi a sua lógica. Deixem-me só dar nota e aproveitar, não sei se mais algum Membro da Assembleia vai falar sobre a matéria, mas nós estamos a desenvolver um trabalho sério, profundo relativamente à Reorganização Administrativa por aquela Comissão que nós criamos no âmbito da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, com a presença das três forças partidárias com assento nesta Assembleia e que estão representadas ao mais alto nível pelos Presidentes das Comissões Políticas Concelhias. O PSD está representado pelo Dr. Ricardo Tavares, o CDS pelo Dr. Miguel Portela e o Partido Socialista pelo Eng.º Joaquim Jorge. Já promovemos uma maratona de reuniões, reunimos com os dezanove Presidentes de Juntas e os dezanove Presidentes de Assembleia de Freguesia. Tem também a presença do*

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas todos nós sabemos da sua vida profissional e onde ele está, temos feito isto a horas que não têm sido convenientes para o Senhor Presidente da Assembleia, mas tem acompanhado a par e passo todo este processo. Dizer-vos que estas reuniões foram extraordinariamente positivas e permitem-nos a nós hoje ter uma realidade mais profunda sobre a reorganização e a vontade da reorganização administrativa do nosso concelho com um princípio fundamental que é sermos nós a decidir o futuro do nosso concelho e não deixar que outros decidam por nós, nós sabemos que ainda não chegou o momento de nos pronunciarmos, vai chegar esse momento, aliás nós falamos nisso aqui na última Assembleia Municipal. Como sabem começamos a discutir o Livro Verde do Poder Local. Hoje há uma proposta de Lei que vai ser discutida, está feito o agendamento para o dia 1 de março em Sede de Assembleia da República e depois haverá um momento de especialidade onde todas as forças políticas vão, espero eu, procurar apresentar propostas que melhorem o texto da proposta de Lei e aí sim, o texto final, têm noventa dias para procederem aos ajustamentos e à reorganização administrativa. O que estamos a fazer hoje ou o que fizemos até hoje em Oliveira de Azeméis é aquilo que se chama o trabalho de casa, que é para quando tivermos de decidir já termos esse trabalho de casa aprofundado em termos de discussão. Como o Senhor Amaro disse, eu reafirmo aqui e julgo que posso falar em nome de toda a Comissão, tem sido excelente a forma como esta comissão tem trabalhado, porque esta reforma nunca em nenhuma circunstância pode assentar em critérios partidários. Uma coisa é política, outra coisa são os partidos e não se pode reformar o que quer que seja, e muito menos em termos de administração do território, a pensar partidariamente e felizmente e ainda bem que isso não aconteceu em nenhuma circunstância e tem havido enorme responsabilidade neste dossier no Município de Oliveira de Azeméis. Quanto à questão colocada pelo Dr. Miguel Portela e pelo Deputado Eng.º Filipe Carvalho relativamente ao Carnaval, eu julgo que também aqui, falando em nome de todos, ninguém discute sequer que possamos felicitar com orgulho os organizadores, temos aqui uma pessoa que é suspeita, que é o Senhor Grifo, que é Presidente da FAMOA e que é o motor de toda esta vasta equipa que leva a efeito o Carnaval. Também não nos podemos esquecer que podemos ter uma excelente capacidade organizativa, mas se não tivermos excelentes associações não temos sucesso e portanto este nosso apreço, esta nossa simpatia, estes nossos parabéns são extensivos a todas as associações. Há anos em que umas vêm com mais força, outras com menos força; umas fazem uma interrupção e depois já estão a ver e já estão a pensar como é que vêm para o ano. Portanto, há uma dinâmica e aquilo que é importante reconhecer é que há mais participantes este ano não sei por que razão, mas eu espero que seja pela qualidade e pela atração que o Carnaval proporciona. Houve mais público. E deixem-me dizer-vos que nós na Câmara Municipal recebemos muitas vezes cartas de pessoas que vêm a Oliveira de Azeméis, algumas fazem críticas daquilo que veem e lhes aparece, neste Carnaval nós já recebemos durante estes dias inúmeras cartas de pessoas a felicitar. E vou-vos dar dois exemplos e que não tem a ver com o Corso propriamente dito, nem com a questão relacionada com o Carnaval, com o samba e com essas coisas, é que apesar de haver trânsito cortado, as ruas cortadas, o trânsito*

*ia andando em Oliveira de Azeméis, há localidades onde fica completamente fechado e ninguém pode andar por lado nenhum e nós até tivemos já uma experiência negativa quando fizemos aqui um circuito de ciclismo dentro da cidade que foi um caos para se andar dentro da cidade. Vamos aprendendo, fez-se o Carnaval, fecharam-se ruas ao trânsito e o trânsito fluía e havia placas indicativas e as pessoas sabiam, sendo certo que muitas vezes para irmos para o Centro da Cidade tínhamos que ir à Zona Industrial mas isso são as contingências do dia em apreço. E uma outra questão que foi muito apreciada, isto é por pessoas que não são de cá e que nos escrevem e também vos digo que nós não recebemos nenhuma crítica, nenhuma pessoa a criticar, porque senão também aqui o dizia, destacaram também a prontidão da limpeza. Ou seja, o último carro estava a passar e passados poucos minutos passava uma carrinha da Suma, que é quem faz a limpeza, a limpar o chão, as serpentinas, os papelinhos, os confetes, obviamente que não limpa tudo, mas ficamos com a cidade também mais limpa e apraz-me aqui registar. Mas não queria retirar o foco de quem organiza e de quem participa, eles sim os verdadeiros merecedores desses parabéns. Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta do Pinheiro da Bemposta, o Senhor Armindo Nunes, em primeiro lugar deixe-me felicitá-lo por este prospeto, folheto que mostra muito da realidade do Pinheiro da Bemposta e como sabem o quanto eu aprecio estas coisas e o quanto eu gosto de ver as freguesias a fazer. Os mesmos parabéns para o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, mas já nos habituou também, já não é a primeira vez que faz estes boletins informativos e portanto há aqui uma preocupação com a valorização do território e ainda bem que o fazem porque é sinal que estão sintonizados também com aquilo que é o pensamento da Câmara Municipal que muitas vezes é incompreendido, mas eu acho que com o tempo as pessoas vão-se habituando e eu fico satisfeito naturalmente com estas questões. Dizer-lhe que o Senhor Armindo falou numa questão essencial, que é a valorização da Zona Histórica do Pinheiro da Bemposta. É uma riqueza enorme que temos no nosso município e o trabalho se calhar financeiro que levou à recuperação de toda aquela zona com a instalação de um Gabinete Técnico Local na freguesia do Pinheiro da Bemposta fez ali umas verdadeiras maravilhas e, portanto, hoje temos ali uma zona de que sentimos naturalmente orgulho. Há depois a fase de a colocar a funcionar e a de colocar à disposição de quem nos visita e até da população do concelho de Oliveira de Azeméis que se calhar muitas vezes vão longe ver outras coisas quando têm coisas com maior valor histórico aqui tão perto e tanta qualidade. Mas a limitação dos recursos humanos são conhecidas, as limitações financeiras também são conhecidas, mas nós ainda na última reunião de Câmara e até por proposta dos Vereadores do Partido Socialista discutimos esta matéria e eu tive a oportunidade de dar nota que temos em curso neste momento uma elaboração de roteiros com fatores de atratividade do Município de Oliveira de Azeméis. Nós temos muitos ao contrário do que possamos pensar, às vezes nem temos a noção daquilo que temos no nosso concelho, nem valorizamos aquilo que cá temos e naturalmente que a zona Histórica do Pinheiro da Bemposta fará parte e terá um roteiro específico até associada a valores da gastronomia tão próximas da Zona Histórica do Pinheiro da Bemposta. Como sabem muitas vezes estas coisas da*

*gastronomia ajudam. Uma coisa faz a outra, não é? Vamos ali, olha até se come bem, ou come-se um petisco que já não se come noutra sítio, temos uma zona histórica fantástica quando andamos a pé, temos um Hotel perto e temos o Parque Molinológico que não é muito longe. Dizer-lhe que nós vamos elaborar esses roteiros, estamos a procurar também um financiamento para os mesmos, mas se não houver financiamento vamos arriscar porque valerá a pena promover aquilo que de bom temos no nosso Município e portanto dizer-lhe que faz todo o sentido essa sua preocupação, é sua, é nossa, é de todos, aquela zona merece claramente ser mais valorizada. Mas, por exemplo, ainda o ano passado, já agora só a talho de foice porque vai iniciar-se na próxima semana a BTL que é a maior Feira de Turismo que há em Portugal, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis vai voltar a marcar presença na zona destinada à Região de Turismo do Porto e Norte de Portugal. Este ano, vamos entre todas as coisas que cá temos dar especial destaque a três questões: ao Parque Temático Molinológico; à nossa gastronomia, a nossa gastronomia também vai estar presente na BTL e ao Parque de La-Salette. O passado na BTL as fotografias que estavam a ilustrar Oliveira de Azeméis eram precisamente da Zona Histórica do Pinheiro da Bemposta. Portanto não está esquecido, nós não nos podemos esquecer daquele património e tudo faremos para o valorizar ainda mais. Sobre a última intervenção Senhor Presidente, do Senhor Deputado José Campos, sobre o Ciclo da Primavera procuramos privilegiar a qualidade em detrimento da quantidade outra vez na área da música, do teatro e da magia e julgo que é um cartaz que também todos temos natural satisfação e que seguramente no final cá estaremos para fazer as contas e o balanço, mas não terá um investimento superior àquele que teve o ano passado e portanto até por aquilo que já percebemos das movimentações à volta dos espetáculos e da marcação das agendas. Quando apostamos no Pedro Abrunhosa, no Fernando Mendes e no Luís de Matos foi claramente a pensar em proporcionar espetáculos de grande qualidade, porque os oliveirenses bem o merecem, os oliveirenses e as pessoas que vivem aqui e gostam de vir aqui a Oliveira de Azeméis. Relativamente ao projeto Champimovél, só dar-vos esta nota: a viatura da Fundação Champalimaud esteve instalada em frente à Câmara Municipal, teve de forma organizada e sistematizada visitas da nossa comunidade escolar durante a semana e esteve aberto ao público durante o fim-de-semana. A forma como decorreu a presença desta viatura e tudo aquilo que tem a ver com a ciência e tudo aquilo que se passa, quem lá andou, quem lá esteve dentro percebe a importância que aquilo tem do ponto de vista científico, do ponto de vista pedagógico e do ponto de vista da educação. Eu recebi na semana passada um telefonema da Senhora Presidente Dr.<sup>a</sup> Leonor Beleza, a dizer que o Champimovél voltava a Oliveira de Azeméis em Agosto, porque tinham gostado da forma como tinham sido tratados. Tinham lido o relatório que foi feito pela comissão que acompanha, que especificou o número de pessoas que lá andaram, a vontade do público em geral de participar durante o fim-de-semana e portanto em Agosto talvez na zona de La-Salette em plenas festas de La-Salette voltaremos a ter essa viatura em Oliveira de Azeméis. Para já Senhor Presidente é tudo. Muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas Membros da Assembleia, Senhores Jornalistas, colaboradores do Município, público em geral, boa tarde a todos. Duas ou três notas. A primeira tem a ver com a Escola Soares de Basto: Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se as obras estão a decorrer conforme estavam planeadas de início e se as mesmas irão decorrer conforme esse mesmo planeamento inicial. Nós vivemos numa terra terrível e começam a correr alguns rumores de que algo não estará ou estará a pairar no ar que a coisa não irá até ao fim conforme planeado. Precisava que nos desse alguns esclarecimentos acerca disto, em como as coisas não irão sofrer alterações e irão decorrer exatamente conforme estavam planeadas, se todas as fases estão garantidas. Outro assunto: se nos pode dar um ponto da situação acerca do reagrupamento das escolas, em que ponto é que estamos. Porque é já uma ideia e uma execução consolidada, é algo que já se falou aqui hoje e também fui um dos oliveirenses que esteve na rua, não me lembro se nos outros anos foi feito ou não, mas eu gostava de propor a esta Assembleia um voto de louvor a toda a organização do Corso Carnavalesco.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Helga Correia.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. O Plano Diretor Municipal está em discussão pública desde a última Reunião desta Assembleia dedicada em exclusividade ao assunto, decorreram já iniciativas em todas as freguesias que proporcionaram o debate sobre este projeto absolutamente estratégico para o futuro de Oliveira de Azeméis. Não vou fazer qualquer consideração sobre o PDM em si, porque penso que este não é o momento, mas gostávamos de saber Senhor Presidente qual tem sido a reação dos oliveirenses ao novo documento e se tem existido participação no debate como seria normal e desejável. Um outro ponto que queria colocar, tem a ver com um outro processo que está a decorrer e que se prende com a Reforma Administrativa em curso, esse será um assunto sobre o qual inevitavelmente esta Assembleia terá que se debruçar a sério daqui a algum tempo, mas creio que teremos de elogiar o método de trabalho adotado em Oliveira de Azeméis. Sabemos que este não é um processo nem fácil, nem sempre simples, mas sabemos que é inevitável face aos compromissos assumidos com as entidades que estão a prestar auxílio económico ao nosso país. Uma vez que a Comissão criada para o efeito fez já uma primeira ronda de contactos com as juntas e, as dezanove freguesias do concelho, pretendemos saber como é que está a ser encarada esta reforma pelos autarcas, em concreto aqueles que mais próximo estão das pessoas. Obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, caros Oliveirenses, minhas Senhoras e meus Senhores. Estamos enquadrados numa sociedade muito mais disposta e desperta para aquilo que é negativo, motivo de escárnio e maledicência e que gera sensacionalismo, do que para o que é positivo, motivo de orgulho e que enobrece a pessoa humana e as instituições. No momento em que a nosso País e o Mundo de um modo geral passa por um período de crise de austeridade, de baixa no nível de vida da maioria das pessoas e das instituições, é responsabilidade reforçada de quem exerce funções de natureza pública, em particular funções políticas, apresentar e discutir o que é positivo não com um intuito de folclore mas como marco para mostrar que é possível percorrer um caminho de sucesso e que o esforço vale a pena. Portugal e os Portugueses precisam de referências que mostrem, na prática, que o esforço a que todos estamos sujeitos valerá a pena. É bom recordar, hoje, que há um par de anos quando o Governo do nosso País teimava em fantasiar que vivíamos uma realidade cor-de-rosa, quando a generalidade das instituições a reboque deste bordão acreditavam e viviam como se a realidade fosse, de facto, cor-de-rosa, a Câmara de Oliveira de Azeméis ousou desafinar neste coro, assumindo uma realidade que não era nem mais nem menos que aquela que hoje a generalidade dos Municípios estão a reconhecer e a tentar solucionar, esperemos que não tarde de mais. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis assumiu uma situação virtualmente insustentável a prazo, definiu uma estratégia para inverter esta tendência e foi firme, tem sido firme na concretização desta estratégia. Isto sem nunca perder de vista aproveitar toda e qualquer possibilidade para promover o crescimento e o desenvolvimento do concelho de Oliveira de Azeméis. À data, contra muitos, mas felizmente não contra todos, pôs o seu plano em marcha. É pois com enorme satisfação que hoje vimos o nome de Oliveira de Azeméis ser destacado nos rankings que motivam orgulho, um estudo recente levado a cabo por um investigador do Instituto Superior Técnico colocou a gestão dos recursos levada a cabo pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis no sétimo lugar num ranking de 304 Municípios. Este trabalho destacou que o Município de Oliveira de Azeméis, a par de outros quarenta, integra a elite que cumpre a sua missão no investimento nas pessoas e na sua região sem com isso justificar derrapagens orçamentais. Seria honroso se um dia pudéssemos ouvir de quem sempre insistiu em descredibilizar este esforço “afinal enganamo-nos”. Creio que esta distinção será motivo de esperança mesmo para aqueles que no seu íntimo se sentem frustrados hoje por não acompanhar o seu discurso e quem sabe o seu desejo, é motivo de esperança porque se a receita de assumir a realidade falar com verdade e agir com responsabilidade começa hoje a mostrar os seus frutos no nosso Município. Merece igualmente destaque o prémio excelência no trabalho com que a Câmara Municipal foi distinguida, sendo este um prémio que avalia em última instância o grau de satisfação dos colaboradores da Câmara Municipal, merecia sempre grande*



*relevância, contudo tendo lugar no momento de grande instabilidade para as condições de trabalho e de carreira dos seus trabalhadores, assume uma importância redobrada, revela por parte da Câmara Municipal sensibilidade para com as pessoas a par da necessidade de uma gestão de rigor e austeridade. Uma terceira e última referência positiva para o reconhecimento por parte de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, para o empreendedorismo de excelência que existe em Oliveira de Azeméis. A sua visita de hoje, ao nosso Concelho, integrada no roteiro para a juventude é certamente motivo de orgulho para Oliveira de Azeméis, seja bem-vindo a Oliveira de Azeméis Senhor Presidente, tanto mais quanto pela força do seu Ministério venha dar um contributo para a visibilidade e notoriedade do muito de bom que existe e que se faz no nosso concelho, creia que será sempre bem recebido. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== Muito boa tarde a todos. Obrigado Senhor Presidente, se estiver a esgotar o tempo Regimental por favor avise-me e naturalmente não podia deixar de responder, como sempre o fazemos, às pessoas que sempre criticam quando os dados parecem ser contrários. Nunca o faremos, nunca o faria também a este propósito. Aliás recorde ou sugiro que possa ler a ata da Assembleia Municipal de Dezembro de 2007 onde utilizou exatamente as mesmas expressões. Parecia ver algum conforto em dizer mal, em criticar e até algum regozijo com isso, não há, nunca houve. Não fazemos demagogia, não somos panfletários, nem embarcamos em facilitismo de análise. Não ficamos pelo que ouvimos, nem nos agarramos a qualquer valor seja ele favorável ou desfavorável. O que nos move é pensar em Oliveira de Azeméis e por isso nos suportamos, sempre, em argumentos dos quais damos conta, disponibilizamos e sujeitamos a refutação. Falamos de estudos que nos ajudam a perceber os problemas, a desenhar soluções e a monitorizar o que vamos fazendo. Não querendo ser indelicado, tenho sérias reservas que tenha lido o estudo de que falou ou de que o tenham lido e não se tenham limitado simplesmente a fazer eco de um valor que foi anunciado pela comunicação social. Tive a oportunidade de ler o estudo e parto do princípio que o leram, se não o leram e se o leram não o estudaram muito bem por um conjunto de razões. Se o tivesse lido e estudado com profundidade, saberiam que o Município aparece efetivamente na posição 7, no indicador rendimento constante à escala, mas podia ter acrescentado que também está na posição 13 no indicador rendimento relativo à escala e aquilo que os Senhores chamam eficiência aparece no estudo como avaliação de desempenho. Se tivessem estudado o documento saberiam que para chegar a esses indicadores é considerada a despesa corrente, retirada a massa salarial e a despesa de capital, valores que são retirados e que são públicos estão no INE e na DGAL, sabiam que esses valores são utilizados como um todo e não são escalpelizados, sabiam que visto deste modo os 33% da despesa de capital gastos em encargos da dívida são considerados, por exemplo, em investimentos nas pessoas, saberiam também que este estudo tem em conta a população do*

*concelho. Bem analisadas as coisas o que o estudo diz é que com os recursos disponíveis que nós temos se fossem bem aplicados poderíamos então sim ter um Município com capacidade para oferecer muito mais qualidade de vida, mas saberiam também que são utilizados muitos outros indicadores, esses sim apenas rácios e por isso bem mais reais, como sejam: a cobertura de Custos Correntes em que o Município aparece na posição 84 em 2009, na posição 98 em 2010; cobertura de Custos Totais em que o Município aparece na posição 224 em 2009, na posição 123 em 2010; peso das Despesas com Pessoal nas Receitas Totais em que o Município aparece na posição 112 em 2009 e na posição 104 em 2010; peso das Despesas com Pessoal nas Despesas Correntes em que o Município aparece na posição 181 em 2009, 187 em 2010; peso das Despesas com Pessoal nas Despesas Totais em que o Município aparece na posição 116 em 2009 e na posição 95 em 2010 e também Produtividade dos Recursos Humanos em que o Município aparece na posição 28. Este é o estudo, não é um número redondo amplamente publicitado a dizer o que o estudo não diz, mas importa acima de tudo a realidade, essa pode ser vista. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Fiz este compasso de espera porque estava aqui a efetuar uma reflexão sobre a forma como eu vou responder ao Senhor Deputado Bruno Aragão, que eu respeito, sem ele a meio da minha intervenção levantar o braço. Como também os Senhores Deputados já se aperceberam, o Senhor Deputado Bruno Aragão sempre que digo alguma coisa relativamente a alguma intervenção que ele faz coloca em causa tudo aquilo que eu digo, portanto, acho que já é uma tradição e eu vou ter um cuidado extremo para ver se hoje ele quebra essa tradição. Eu não vou naturalmente fazer qualquer comentário sobre a sua apreciação técnica que fez e registo que tenha lido o estudo. Mas há uma coisa que é indesmentível, Senhor Deputado Bruno Aragão, é que os critérios para os 304 municípios foram iguais, não houve seletividade na análise, portanto, estamos de acordo então relativamente a essa matéria. Felizmente, alguma vez havíamos de estar de acordo. Agora já não é consigo, já não tem a ver com a sua intervenção, só para dizer que o Município de Oliveira de Azeméis, com esta equipa que tem à sua frente, não trabalha para estar nos rankings, trabalha para melhorar a qualidade de vida de todos os Oliveirenses. Naturalmente que temos satisfação quando somos por entidades autónomas credíveis como é o ISCTE, como é a Heidrick Consultora, como é o Instituto Superior Técnico quando nos destacam positivamente e naturalmente, naturalmente, e estou a responder ao Senhor Deputado António Rosa, naturalmente que ficamos todos tristes quando os rankings são negativos ou quando não estamos bem classificados, isso não tenham a menor das dúvidas. Como disse e repito, não trabalhamos para os rankings, ficamos satisfeitos quando somos destacados pela positiva e ficamos tristes e preocupados quando somos destacados pela negativa. Felizmente que pela*

*negativa não temos sido ultimamente muito falados, mas nunca sabemos e eu nunca gosto de falar antes do tempo. Para a semana vamos conhecer o anuário das contas dos Municípios que também “in eius tempore” já foi muito comentado, muito falado quando Oliveira de Azeméis estava ali nos dez primeiros das coisas piores que havia e, portanto, é uma coisa que vai sair para a semana. Eu não sei, não tenho artes mágicas para saber o que vai sair, mas há uma coisa que eu sei, é que foram 37 Câmaras Municipais, há uma lista que foi publicada sobre Câmaras Municipais em situações críticas, são trinta e sete e felizmente Oliveira de Azeméis não consta desta lista dos trinta e sete, mas também no passado infelizmente já contou. É como eu digo, os rankings valem o que valem, aliás é como a estatística vale o que vale, agora nós não podemos é ser seletivos no tratamento da estatística, a estatística vale quando as coisas são boas e também vale quando as coisas são más. Há uma frase feliz da Senhora Deputada Helga Correia relativamente à Reorganização Administrativa e eu se calhar já me adiantei e já respondi a muitas das questões, mas tem uma frase muito feliz e que é interessantíssima e que nessa frase resume quase tudo sobre a Reforma - “é que ela não é fácil nem simples”. É verdade, mas, nós os Oliveirenses também estamos habituados a resolver coisas que não são fáceis nem que não são simples. Portanto, cá estaremos, eu acho que nesse aspeto também todos sem exceção iremos dar um fortíssimo e sério contributo. Quanto à questão do PDM, o PDM tem tido como nós desejávamos uma participação muito intensa por parte da comunidade Oliveirense. As visitas, as sessões técnicas que se realizaram nas freguesias serviram para apresentar a realidade daquela freguesia e serviram também para despertar e incentivar a participação das pessoas, a colocação das questões para esclarecimentos. Não deixo contudo de apontar desde já uma questão que está muito identificada e que estamos a trabalhar no sentido de agora com nova legislação a podermos resolver ainda durante este processo, tem a ver com a caracterização que foi feita da Reserva Agrícola, em particular nas Freguesias de S. Martinho da Gândara, Travanca, Nogueira do Cravo e Pindelo. Achamos excessiva a caracterização agrícola. Há terrenos que foram caracterizados como agrícolas no centro urbano de Nogueira do Cravo, por exemplo. E estas quatro freguesias que eu falei são freguesias que todas elas têm especificidades e problemas muito próprios, mas estas quatro são preocupantes, até porque a caracterização como sabem é feita por quem coordena a Reserva Agrícola e eu já estou a trabalhar, não tem sido fácil, com o Ministério da Agricultura no sentido de sensibilizar e de podermos ainda neste tempo útil mostrar que há ali erros, porque como sabem depois demora imenso muito tempo, se o PDM for publicado, demora imenso tempo a resolver essas questões. Não quer dizer que elas não sejam ultrapassáveis, mas são questões preocupantes e que muitas pessoas destas freguesias e não só, de todas, têm feito chegar à Câmara Municipal através da Junta de Freguesia e também tem havido uma grande intensidade de visitas na Praça da Cidade onde está sempre uma técnica da Câmara Municipal a mostrar e a recolher essas mesmas preocupações dos nossos munícipes. Até hoje o balanço que podemos fazer é um balanço francamente positivo da forma como está a decorrer este trabalho. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Ricardo Bastos e relativamente à Escola Soares de Basto, a*

*Escola Soares de Basti sofreu um atraso na execução da obra relativamente aquilo que estava inicialmente previsto. Aliás, se repararem logo no início, e até foi a Parque Escolar que disse isso, a transferência de um edifício para o outro já devia ter sido feita no primeiro cronograma temporal. Aquilo que nós fomos informados e estamos a trabalhar, o Senhor Vereador Isidro Figueiredo tem estado em contacto permanente com a Parque Escolar, é que pode haver aqui um aumento do tempo de construção, mas o projeto não está em causa. Portanto o projeto não está em causa, agora questões relativas ao financiamento e ao próprio funcionamento da Parque Escolar, pode levar a um atraso na finalização do projeto. Mas já agora e é a primeira vez que vou falar nisto, já agora também aproveitar a questão que o Senhor Deputado Ricardo Bastos colocou para dizer que em contacto com a Parque Escolar e com a DREN e ouvindo a “vox populi” e se calhar aqui todas as pessoas que estão dentro desta sala, metia impressão aos Oliveirenses porque é que ia ser deitado abaixo aquele bloco junto ao pavilhão, que é o bloco mais recente da Bento Carqueja, muita gente dizia “mas como é possível, vai-se deitar abaixo”, mas como sabem a ideia era deitar tudo abaixo. E a Câmara Municipal ao lado, mais abaixo um bocadinho, para o Clube Ténis de Azeméis, construir o Centro Escolar. O que está neste momento em cima da mesa é a possibilidade de não deitar abaixo esse bloco e transformá-lo em Centro Escolar novo, ou seja, não é deitar abaixo e fazer paredes novas é adaptar às novas realidades com toda a segurança e com toda a comodidade, não destruir o edifício e aproveitá-lo para Centro Escolar do 1º Ciclo. Este é um processo que ainda não está fechado, mas parecem-nos que é uma excelente solução, porque a Câmara Municipal pode-se candidatar na mesma a fundos estruturais. Não estou a falar dos outros que têm amianto por cima aqueles mais pequeninos ali junto à Soares de Basto, mas aquele edifício é um edifício que está em ótimas condições dizem os professores e diz toda a gente que lá vai e, portanto, estamos a negociar essa situação não temos a certeza absoluta que tenhamos sucesso, mas achamos que tendo em conta a situação económico-financeira do país, das empresas, da própria situação da Parque Escolar e da possibilidade da Parque Escolar reavaliar esta ação em termos temporais e podermos ter sucesso. Esperemos que sim, se isto acontecer corre tudo bem, ficamos na mesma com a mesma oferta formativa e ficamos na mesma com escolas novas com qualidade sem investirmos tantos recursos financeiros na área da educação. Também dizer-lhe que relativamente ao reagrupamento das escolas o Senhor Vereador Isidro Figueiredo tem conversado de forma sistemática com o Senhor Dr. Aristides Sousa, que é o Subdiretor Regional de Educação e que tem esta incumbência de reagrupar as escolas. Portanto há aqui pequeníssimas alterações do ponto de vista da metodologia a seguir pelo Ministério, portanto não muda muito o princípio, ou quase que se diz que não muda quase nada, mas há ali pequenos ajustamentos e, portanto, nós estamos a trabalhar com isso e comprometemo-nos a voltar a reunir com a DREN durante o mês de Março, para depois voltarmos às reuniões que tivemos com toda a comunidade escolar incluindo os pais, o conselho escolar e os diretores dos agrupamentos. Julgo que é esta a informação que tenho a dar neste momento sobre as questões da educação. Relativamente ao voto de louvor, a Câmara Municipal não tem nada a opor, eu estive tentado a fazê-lo, a Câmara*

*Municipal é parceira organizativa, o mérito como disse é da FAMOA e das Associações e parecia mal se calhar a Câmara dizer para aprovar um voto de louvor, agora vindo de qualquer um dos Senhores Deputados com toda a sinceridade acho que faz todo sentido fazê-lo, porque fica registado para memória futura. Muito obrigado. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer: =====*

*===== Muito obrigado. O PSD gastou doze minutos e vinte e quatro segundos, o Partido Socialista onze minutos e vinte e dois segundos e o CDS dois minutos. Temos aqui um voto de louvor do Partido Socialista, que passo a ler: “Em março de 2011, Manuel Santos Gomes tomou posse como Presidente da CONFAGRI. No início deste ano este ilustre empresário Oliveirense é eleito para mais um cargo de grande destaque nacional, tendo assumido a presidência da FENALAC. Este empresário agrícola que conta com um assinalável percurso empresarial, é um Oliveirense que prestigia e dignifica o nome de Oliveira de Azeméis, pelo que é da mais elementar justiça que reconhecamos publicamente, nesta Assembleia, o seu mérito e o seu trabalho.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====*

*===== Pelos Membros da Assembleia Municipal foi apresentado um voto de louvor, à FAMOA e as Associações, pelo sucesso do último desfile de Carnaval em Oliveira de Azeméis. =*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====*

*===== O Grupo Parlamentar do PSD apresentou o seguinte voto de louvor: “O PSD vem por este meio propor um voto de louvor ao atleta José Pinho, pelo feito alcançado. O jovem José Pinho que, na cidade de Pombal, venceu a prova de lançamento de peso (escalão júnior) em pista coberta e assim arrecadou o título de campeão nacional no lançamento do peso em pista coberta” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====*

*===== O Grupo Parlamentar do PSD apresentou o seguinte voto de louvor: “O Grupo parlamentar do PSD propõem o seguinte voto de louvor: No passado dia 05 de fevereiro, em*

*Vagos, Cláudia Santos, atleta da Adec de Macieira de Sarnes, tornou-se na nova campeã de Aveiro em corta-mato longo.”* =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====*

*===== O Grupo Parlamentar do PSD apresentou o seguinte voto de louvor: “O Grupo parlamentar do PSD propõem o seguinte voto de louvor: Samuel Leal é mais um atleta da formação do Núcleo de Atletismo de Cucujães (NAC) que, na sua primeira época de sénior, consegue obter um excelente triunfo, numa das especialidades mais complexas do atletismo, como são o caso das provas combinadas. Samuel Leal venceu o heptatlo seniores (60 – comprimento – peso – altura – 60 barreiras – vara – 1000), de forma brilhante, alcançando recordes pessoais em cinco das sete provas e sagrando-se campeão de Aveiro.”* =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer que, iria passar a ler um voto de pesar que tinha sido apresentado à Mesa: “Os Grupos Parlamentares do PS e PSD apresentaram o seguinte voto de pesar: Tendo falecido recentemente a Senhora Maria Manuela Batista da Mata Gomes Fernandes esposa do Arquiteto Gomes Fernandes, que foi membro da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, liderando então à altura a Bancada do Partido Socialista. O PSD e o PS propõem um voto de pesar pelo falecimento e bem como seja guardado um minuto de silêncio em sua memória.”* =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de pesar e o minuto de silêncio pelo falecimento da Senhora Maria Manuela Batista da Mata Gomes Fernandes, o qual foi aprovado por unanimidade. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: =====*

*===== Antes de dar início ao Período da Ordem de Trabalhos desta Sessão e, conforme combinado, se algum Deputado ainda não assinou o Livro de Ponto faz favor de se dirigir à Mesa para o fazer. Muito obrigado. =====*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

===== ***Ponto um:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município.* =====

===== *Presente o “dossier” para cumprimento do estabelecido na alínea e) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 setembro, na redação dada pela Lei nº5A-/2002, de 11 de janeiro.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente, a informação foi distribuída e, portanto, estaremos disponíveis para dar qualquer esclarecimento relativamente à informação distribuída.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.*

===== ***Ponto dois:** Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano Saneamento Financeiro – Reporta a 31 de dezembro 2011 (atualização a 16 de janeiro de 2012) - Conhecimento e tomada de posição.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Cá estamos, uma vez mais, para fazer a análise ou para tomar posição, fazermos as nossas considerações políticas relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, neste caso concreto com o reporte a 31 de dezembro de 2011, como sabe há um conjunto vasto de entidades para o qual tem que ser mandado este mesmo relatório e é uma obrigatoriedade do Plano de Saneamento Financeiro. Os dados são atualizados à data de 16 de janeiro de 2012 e, portanto, este relatório procura sintetizar e evidenciar o ponto da situação de empréstimo de Saneamento Financeiro, naquilo que diz respeito à dívida, ao endividamento, aos empréstimos, ao volume da dívida a fornecedores, ao*

prazo médio de pagamentos e portanto há a questão da execução económica e há também uma análise que deve ser feita à execução orçamental. Relativamente à execução económica de 2011 que foi um ano difícil, como vai ser o ano 2012 e eu não queria deixar de fazer aqui uma nota introdutória que tem sido válida para o exercício deste mandato, mas que o ano de 2011 tendo sido um ano particularmente difícil, nós pudemos contar com a colaboração e compreensão dos Senhores Presidentes de Junta das dezanove freguesias. Portanto, todos, sem nenhuma exceção, independentemente dos Partidos por que foram eleitos, mas a partir do momento em que foram eleitos estão a defender os interesses da freguesia, todos sem exceção, foram colaborantes, compreensivos tendo em conta as especificidades e as particularidades inerentes às dificuldades económico-financeiras não só do Município mas também do País. Esta execução económica cumpriu os limites anuais, conforme temos sempre associado a este ponto, temos tido nas últimas Assembleias Municipais, nas últimas análises que fazemos, temos tido algumas divergências, mas eu dei-me ao cuidado de ler as atas das últimas Assembleias Municipais e tendo em conta os dados que hoje temos disponíveis, pelo menos alguns argumentos que foram utilizados nos outros anos não poderão ser utilizados este ano e portanto também estou um pouco curioso para perceber qual é que vai ser a vertente, qual é que vai ser o ângulo por que lhe querem pegar, porque já sei que lhe querem pegar, portanto isto tem um pouco a ver com o exercício ou a análise que é feita a esta matéria. A execução económica gerou um superavit estrutural de 11,26%, ou seja, traduzido em euros, isto são três milhões setecentos e vinte e nove oitocentos e quinze (3.729.815€) e atenção não confundam eu estou a falar do ano de 2011, foi um ano terrível e portanto nós conseguimos gerar este superavit, este superavit de três milhões setecentos e vinte e nove oitocentos e quinze (3.729.815€) ultrapassou em 69,2% o superavit previsto no Plano para 2011, ou seja, nós tínhamos no Plano previsto um superavit de dois milhões duzentos e quatro mil e duzentos e quarenta euros (2.204.240€) e, repito, atingimos um superavit de três milhões setecentos e vinte e nove oitocentos e quinze euros (3.729.815€). Relativamente ao valor da dívida total do Município, tendo em conta os dados que temos, a dívida total do município a 31 de dezembro, é de quarenta e sete milhões trezentos e seis mil e seiscentos e vinte e dois euros (47.306.622€), ou seja, em números redondos vamos falar em quarenta e sete milhões de euros (47.000.000€) e portanto teve uma redução de dois milhões cento e setenta e quatro mil quatrocentos e vinte e quatro euros (2.174.424€) e portanto também deixem-me dizer-vos que, esta redução em abono da verdade, estamos a falar de números e portanto isto é indesmentível, a redução foi ligeiramente inferior aquilo que estava previsto em 2011, ou seja, previsto a diferença, estamos a falar de vinte e nove mil cento e noventa e um euros (29.191€) foi esta diferença relativamente aquilo que estava previsto em 2011 e ao que conseguimos reduzir. Já agora, dar-vos nota que a redução acumulada e julgo que é importante também termos essa perceção, a redução acumulada comparando com a dívida de dezembro de 2007 à data do Plano, quando foi aprovado o Plano na altura números redondos cinquenta e cinco milhões (55.000.000), a redução vai neste momento, redução acumulada, em perto de oito milhões (8.000.000), ou seja perto de 7.8 milhões de euros que temos vindo a reduzir à nossa



dívida desde 2007. Naquilo que diz respeito às dívidas de empréstimos de médio e longo prazo, portanto não excepcionados do endividamento, estamos a falar de trinta e seis milhões, seiscentos e três, oitocentos e setenta e oito (36.603.878), ou seja 36.6 milhões de euros e portanto há aqui um valor inferior também aquilo que é previsto no Plano de Saneamento Financeiro para o ano de 2011 em menos um milhão setecentos e vinte três, ou seja menos 1.7 milhões, mas mesmo assim, mesmo assim a redução anual foi superior ao previsto em cento e cinquenta e quatro mil seiscentos e vinte e quatro (154.624€) e portanto, cumprimos claramente com a legislação, ultrapassamos em 276 mil euros aquilo que é a redução mínima obrigatória. Relativamente ao endividamento líquido municipal a 31 de dezembro, ele é de 34.5 milhões, ou seja, trinta e quatro milhões quinhentos e dezanove mil oitocentos e sessenta e cinco (34.519.865), para ser números redondos 34,5 milhões e portanto, a redução, foi uma redução de três milhões seiscentos e trinta e seis mil setecentos e setenta e três (3.636.773) e aqui, permitam-me também dizer-vos com alguma satisfação que a redução foi superior ao previsto para o ano de 2011, a redução foi superior em 1,7 milhões de euros e com disse, isto parte da premissa inicial, com a ajuda de todos, ou seja, a percentagem é de 92% e portanto já agora voltando também à situação do acumulado como fiz na questão da dívida total do Município, nós estamos a falar de uma redução de 9 milhões de euros, nove milhões e oitenta e nove mil seiscentos e trinta e três (9.089.633) relativamente ao endividamento líquido municipal a dezembro de 2007 e portanto, como disse, há aqui uma redução superior ao previsto para o ano de 2011 em 1,7 milhões. Aquilo que diz respeito, também é muito falado, tem a ver com a dívida a fornecedores, a dívida a fornecedores neste momento (dezembro de 2011) é 3.7 milhões, ou seja três milhões setecentos e cinquenta mil e duzentos (3.750.200) e teve uma redução relativamente ao ano anterior de próximo dos cem mil euros (100.000,00 €), não chega aos cem mil euros (100.000,00€), são noventa e oito mil duzentos e cinquenta e oito euros (98.258,00€). Aquilo que esta dívida e esta redução nos demonstra e evidência é a capacidade para recuperação do Município nesta matéria face ao estimado no Plano de Saneamento Financeiro e, portanto, respeita de forma inequívoca o limite máximo definido por lei, ou seja, o limite máximo dos 40% e portanto, aquilo que nesta perspetiva percentual, o volume da dívida a fornecedores representa 11,4 das receitas totais do ano anterior, portanto, dentro daquilo que é o enquadramento legal. Naquilo que diz respeito ao prazo médio de pagamentos, a 31 de dezembro de 2011, também temos aqui uma redução de 17 dias relativamente a dezembro de 2010, ou seja, como disse apesar de estarmos a falar do ano 2011 e de não estar aqui a fazer nenhum comentário político relativamente às questões das receitas, das transferências e para não dizerem que estamos aqui a misturar alhos com bugalhos e política nacional com política local, estou-me a eximir de fazer qualquer comentário a essa matéria, registo só que é o ano de 2011 e portanto nós estamos neste momento com um prazo médio de pagamento de 119 dias. Bem sei, bem sei que ainda não chegamos aos 47 dias definidos no Plano de Saneamento Financeiro, mas estamos claramente dentro daquele que é o limite máximo legal, ou seja, estamos a falar de 180 dias que é o limite que a lei permite para o limite legal para o prazo médio de pagamentos e nós estamos nos 119

*dias e todos os dias trabalhamos para atingir aquilo que é objetivo definido no Plano de Saneamento Financeiro e cá estaremos e continuamos a manter que o objetivo é cumprir este prazo de 47 dias, mas não tem sido possível, com toda a sinceridade fazer mais e melhor do que aquilo que tem sido feito naquilo que diz respeito ao prazo médio de pagamento. Só uma última nota, Senhor Presidente, relativamente à execução orçamental, penso que ela é importante também naquilo que diz respeito à despesa e à receita, se reparar e eu repito uma vez mais, eu tive o cuidado de ir ler as atas, não foram todas, mas aquelas que quando nós analisávamos, nós fazemos sempre uma análise semestral e depois fazemos a análise anual e quando nós referimos, ou quando alguém refere, o princípio da boa gestão ele tem sido sempre posto em causa. Eu agora vou também se calhar estar na expectativa relativamente à execução orçamental, porque Senhor Presidente naquilo que diz respeito à despesa ela não é 100%, mas anda perto, ou seja, ela é 97,8% do ponto de vista orçamental, ou seja, há aqui um desvio de setecentos e vinte mil euros (720.000,00€); naquilo que diz respeito à receita, portanto a receita prevista em termos orçamentais eram trinta e três milhões duzentos e setenta e um mil e duzentos e noventa e seis (33.271.296€) e em termos percentuais o seu elo de execução é de 101,5%, ou seja há aqui mais quatrocentos e noventa e três mil setecentos e dezassete (493.717). Portanto, do ponto de vista da execução orçamental naquilo que diz respeito à despesa e à receita, andamos muito próximo dos 100% e isto é naturalmente importante também referir. Como sabem, está neste momento em cima da mesa da discussão política, de baixo de fogo e de mira, a gestão autárquica. Tem havido muita gente a falar sobre a matéria, muitos comentadores a falar sobre os excessos, os desvios, os exageros dos Municípios. Se aqui há uns anos os Municípios eram dados como exemplos de gestão, nos últimos meses têm sido objetos de bastantes críticas, ferozes muitas delas, deixem-me dizer-vos, não diz respeito ao Município de Oliveira de Azeméis, diz respeito a todos Municípios deste país, muitas delas injustas e feitas por quem pouco conhece a realidade do poder local. Temos e permita-me também aproveitar este momento Senhor Presidente, sei que me estou a alongar e não era minha intenção mas permita-me dizer-lhes que paralelamente a tudo isto tivemos que no mês de dezembro olharmos para as notícias que corriam e efetivamente se vieram a concretizar em janeiro de 2012, a famosa Lei dos Compromissos. A famosa Lei dos Compromissos que neste momento aguarda portaria, para poder ser adaptada à realidade autárquica, porque tal como ela foi apresentada ela paralisava completamente o funcionamento das Câmaras Municipais, ou seja, nenhum de nós podia fazer nada, e portanto como sabem ela não é só para as Câmara Municipais, tem a ver com a Administração Pública e os Municípios. Pelo menos já se conseguiu isso junto do Governo e junto da Troika que se criem questões e mecanismos de especificidade para o exercício da função autárquica, porque senão paralisa completamente, porque reparem obrigarem-nos a ter esta perspectiva de compromissos quando as receitas da Câmara Municipal nós sabemos que há picos de receita, ou seja, sabemos que há transferências de impostos do Estado para os Municípios e que não é por trimestre, é aos meses onde isso está perfeitamente definido, nós sabemos que temos dois ou três meses que são aqueles meses que nós gostávamos que se repetissem e que fossem todos iguais, mas não são e*

*obrigar ao reporte trimestral para mostrar a capacidade de cumprir com a despesa mostrando a receita, se não houver uma atenção especial para aquilo que é o Município e falo concretamente no aproveitamento dos fundos comunitários, torna-se praticamente impossível depois essa situação, eu acredito que o bom senso vai imperar e que os municípios terão forma de sendo fiscalizados pela Lei dos Compromissos, mas ela tem de ter em conta a especificidade dos Município. E, portanto, nós também tivemos algum cuidado no mês de dezembro porque não sabíamos com o que íamos contar nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2012. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores José Campos, Dr. Fernando Pais, Dr. Miguel Portela, Dr. António Rosa e Dr. Bruno Aragão. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====*

*===== Muito boa tarde a todos. A análise do relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro, reportando à sua execução até 31 de dezembro de 2011, permite-nos concluir que claramente a execução deste Plano está efetivamente a ser cumprida. Estas são obviamente boas notícias para o Município e para a sua sustentabilidade financeira. Seguramente por esta altura e tendo inclusive em conta a conjuntura económica/financeira que o país atravessa, aqueles que sempre têm apregoado que as opções financeiras do Município são erradas, acreditariam que Oliveira de Azeméis estivesse na lista dos municípios com mais dificuldades financeiras e incapaz de cumprir os seus objetivos. Pois esses, mais uma vez enganaram-se. Não será seguramente necessário elencar a lista dos muitos Municípios que infelizmente se encontram com graves dificuldades económicas, essa lista é de domínio público. O que importa reiterar mais uma vez é que, ao contrário do que vaticinavam alguns, Oliveira de Azeméis não é atualmente dos municípios em maiores dificuldades, fruto claramente do rigor na sua gestão financeira implementada nos últimos anos e fruto das boas opções tomadas em matéria orçamental e económica. Fazendo diretamente referência ao relatório, podemos concluir que as principais metas do Plano de Saneamento Financeiro continuam a ser cumpridas e que financeiramente o Município de Oliveira de Azeméis teve em 2011 uma evolução positiva nas suas principais rúbricas. É claro neste relatório, que houve uma execução anual positiva, que superou o objetivo superavit estrutural e conseqüentemente a recuperação do rácio de endividamento líquido municipal para um valor aproximado ao fixado como objetivo para o ano que passou. Em relação à execução económica/financeira, é de destacar o desvio positivo que o total dos proveitos e proveitos diferidos tiveram em 2011 face ao que para esse ano estava previsto, sobretudo derivado da rúbrica de proveitos diferidos que compensou em larga medida a quebra de proveitos relacionados com impostos e taxas e a grande quebra nas*

*transferências do Orçamento do Estado para o Município. O total de custos de estrutura e de investimento foi inferior ao previsto. Globalmente estamos a falar de um superavit económico/financeiro em 2011 bastante interessante e digno de realce na ordem dos três milhões e setecentos mil euros (3.700.000,00 €). A dívida total do Município diminuiu em cerca de dois milhões e cem mil euros (2.100.000,00€) verificando-se uma redução anual em linha com o que estava previsto para 2011, não obstante esta mesma redução ter sido ligeiramente inferior ao que estava projetado. No que diz respeito ao equilíbrio económico/financeiro municipal, olhando para a dívida com empréstimos de médio e longo prazo com impacto no endividamento líquido, os números são na nossa óptica animadores pois mostram para 2011 uma redução superior a dois milhões e cem mil de euros (2.100.000,00€) face a dezembro 2010, redução esta bem superior ao que estava previsto. A boa execução financeira do Município está também patente na rubrica do endividamento líquido municipal. Por imposição legal, esta diminuição teria que ter sido na ordem de um milhão e trezentos mil euros (1.300.000,00€), no entanto verificamos no espaço de um ano uma diminuição superior a três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000,00€), bem acima portanto desta imposição legal. Face ao que estava projetado para 2011 esta redução do endividamento líquido municipal superou em muito as expectativas. O volume global da dívida a fornecedores sofreu uma ligeira redução face a dezembro de 2010, sendo no entanto ainda superior ao previsto no Plano de Saneamento Financeiro. De qualquer modo é importante referir que a evolução desta dívida a fornecedores se encontra devidamente enquadrada nos limites de equilíbrio financeiro legalmente previstos. No final do ano 2008, ano que coincide com a contratação e utilização do empréstimo de saneamento financeiro, o valor do passivo financeiro era superior a quarenta e seis milhões de euros (46.000.000,00€), cifrando no final de 2011, três anos depois, em cerca de trinta e nove milhões de euros (39.000.000,00€). De referir como sinal relevante sobre esta rubrica, que o passivo financeiro do Município continua em 2011 a ser inferior ao previsto no Plano de Saneamento Financeiro. No que diz respeito ao prazo médio de pagamento aos fornecedores do município, existe um desvio de 72 dias face ao estimado pelo Plano, no entanto claramente de ano para ano tem havido uma evolução sempre positiva nesta questão. Em 2009 o prazo médio era de 146 dias, em 2010 esse prazo médio passou a ser de 136 dias, cifrando-se em 2011 em 119 dias. Num ano marcado por uma grave crise económica com consequências enormes sobre esta matéria e numa altura em que sabemos que grande parte das Câmaras Municipais têm visto aumentar o número de dias necessários para pagarem aos seus fornecedores, em Oliveira de Azeméis os números indicam que a tendência é claramente positiva. Note-se ainda a este propósito que o limite legal estabelecido para este prazo de pagamento é de 180 dias. A execução orçamental para o ano 2011, nomeadamente as receitas obtidas superiores às previstas, enquanto as despesas foram inferiores às projetadas, permitiu o cumprimento dos valores estimados no Plano de Saneamento Financeiro. Parece-nos portanto claro que os dados apresentados sobre a execução económica em 2011 reforçam a ideia que o Executivo está claramente a conseguir cumprir os grandes compromissos assumidos no âmbito do Plano de*

*Saneamento Financeiro. Tal resulta de uma gestão financeira equilibrada, rigorosa e competente, ciente das obrigações a que esta sujeita e do que é necessário fazer para cumprir com os objetivos propostos. Num ano de 2012 que se espera a todos os níveis extremamente difícil, é apesar de tudo com otimismo que encaramos o futuro do Município também na vertente financeira. A análise deste relatório permite-nos ter a máxima confiança na capacidade do executivo de continuar a cumprir as principais metas do Plano de Saneamento Financeiro.===*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais, do PS. =====*

*===== Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Vereação, colegas Membros da Assembleia Municipal, público, imprensa aqui presente. Eu depois de ouvir estas duas intervenções, de facto a razão de ser dos números que aqui nos são apresentados, são o que são, são números objetivos e sobre os quais nós evidentemente iremos tecer algumas considerações e penso que a análise que o Partido Socialista vai fazer, através da minha intervenção, é exatamente no que diz respeito ao ponto em concreto, que é o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro. Nós falamos aqui a haver alguns desvios, estes desvios não são ilegais porque não violam o estipulado na Lei das Finanças Locais, só que, Senhor Presidente, eu vou fazer aqui a minha intervenção cingindo-me concretamente à execução do Plano de Saneamento Financeiro, é isto que consta do ponto da Ordem de Trabalhos e é sobre o mesmo que nós vamos aqui incidir a nossa intervenção. Eu recordo, a todos os presentes e acho importante fazer isto, que o pedido de empréstimo foi instruído por um estudo fundamentado da situação económico-financeira da autarquia e um Plano de Saneamento Financeiro portanto foi com estes dois elementos que de facto nos foi concedido um empréstimo para amortizar, de alguma forma, as nossas dívidas, tornar as dívidas de curto prazo em médio e longo prazo. Este documento foi elaborado pela Câmara, aprovado pela Câmara Municipal e aprovado também aqui em Assembleia Municipal mas, nós temos estas duas vertentes, para não dizerem que nós somos arautos da desgraça, temos estas duas vertentes que é importante contextualizar. Portanto, independentemente da situação de ilegalidade ou legalidade, porque se fosse ilegalidade se calhar não estaríamos aqui discutir, pelo menos nesta sede, o que é importante é se os dois documentos que foram tidos como base para a concessão do empréstimo estão ou não estão a ser cumpridos e de facto nós não temos uma visão, não obstante a frieza de alguns números e de alguma recuperação evidente, não temos de facto uma perspectiva tão otimista como aqui nos foi dado parecer perante estas duas intervenções. E nós sabemos, todos sabemos, que o objetivo último do processo de saneamento consiste claramente na recuperação da sustentabilidade do Município. É com base nesta ordem de considerações que eu vou tentar fazer alguma análise dos números e procurar chamar à atenção do Município de que não obstante a situação não ser a das piores, temos que o reconhecer, está longe de ter uma posição do nosso ponto vista agradável e pelo menos daquilo que seria desejável numa*

*altura destas. E começaria exatamente pela dívida total do Município, eu não vou escarpelizar números porque a intervenção do Partido Socialista que me há-de seguir vai fazer uma análise mais concreta dos números e portanto eu faria só algumas considerações sobre este aspeto. A dívida total do Município é verdade que se reduziu em 2010, mas do ponto de vista da execução do Plano de Saneamento Financeiro de facto está bastante acima do previsto verificando-se um desvio de três milhões e seiscentos e dezasseis mil (3.616.000), portanto é de facto um motivo de preocupação, embora tenha reduzido relativamente a 2010. Quanto à situação da dívida a fornecedores, de facto a dívida a fornecedores totaliza três milhões setecentos e cinquenta mil e duzentos (3.750.200) há efetivamente uma redução da dívida relativamente a 2010, está cumprido como o Senhor Presidente referiu estamos longe do limite máximo de 40% da Lei das Finanças Locais, mas em relação ao previsto no Plano de Saneamento Financeiro há uma subida de 148,5%, ou seja, mais dois milhões duzentos e quarenta e um mil e duzentos e trinta e quatro (2.241.234). Quanto ao pagamento do prazo médio de pagamento a fornecedores, realmente aí as intervenções anteriores são o que disserem, de facto há mais 72 dias do que o previsto no Plano de Saneamento Financeiro que são 47 dias, mas ainda longe do limite legal, de facto há uma tentativa de redução embora no nosso entendimento ténue, mas ainda longe do plano de execução do Plano de Saneamento Financeiro tal qual como ele foi elaborado. Portanto, a dívida a fornecedores consideramos ser muito elevada em relação ao previsto no Plano de Saneamento Financeiro, mais dois milhões e duzentos e quarenta e um mil (2.241.000) e o prazo médio de pagamento a fornecedores também está ultrapassado em 72 dias, além de outras questões. Mas há aqui uma questão, em jeito de finalização porque não vamos de facto estar a ditar muitos números senão os colegas membros da Assembleia Municipal perdem-se nas considerações, portanto os números são o que são, podem ser consultados e não vamos fazer aqui uma reprodução quase que mecânica dos números, há aqui um aspeto fundamental que nós queremos também chamar à atenção deste Município, é que com esta execução do Plano de Saneamento Financeiro o Município, no nosso entendimento, no entendimento do Partido Socialista, conseguiu desdizer grande parte dos objetivos que contraiu para este empréstimo extraordinário, que se baseava acima de tudo na transformação de dívidas de curto prazo em médio e longo prazo, sendo que no último ano inverteu a tendência, estando o Município na redução da dívida que efetuou a privilegiar o sector bancário, aumentando o endividamento a fornecedores. Ou seja, desta forma este tipo de atuação contraria o que está no Plano de Saneamento Financeiro, mas acima de tudo pensamos que desinveste um pouco de economia, ou seja, numa situação tão apertada como nós vivemos hoje este asfixiamento da economia local provoca outros tipos de constrangimentos ao nível regional e até ao nível nacional e inclusivamente ao nível nacional provocando asfixiamentos, como eu disse, de tesouraria de muitas pequenas e médias empresas e dessa forma prejudicando a atividade da região. Era este os subsídios que neste momento o Partido Socialista fará, a minha intervenção será completada com a intervenção do Bruno Aragão. Muito obrigado. =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Mais uma vez, muito boa tarde. De uma maneira geral constata-se o cumprimento do Plano dentro dos objetivos traçados. Sobre o ponto de vista económico há, contudo alguns aspetos a refletir: chegámos mais perto do estipulado é de louvar esse caminho mas temos que continuar o esforço, estava previsto que a dívida municipal se centraria nos quarenta e três milhões seiscentos e oitenta e nove mil (43.689.000), estamos três milhões (3.000.000) um bocado aquém, é um esforço importante, o problema aqui não é o esforço é tentarmos mais um bocadinho, que é o que se tem feito e que é importante fazer-se. Em relação à derrama, tivemos um aumento de seiscentos e cinquenta e nove mil euros (659.000,00€) para um milhão duzentos e sessenta e sete mil (1.267.000), a derrama incide sobre a indústria, o comércio, os serviços, temos uma taxa média para a região e o seu aumento é neste sentido importante apesar da época de crise em que vivemos. A Irlanda diminuiu a taxa dos impostos sobre as empresas e começou a crescer, é importante percebermos essa situação. O IMT diminuiu de um milhão novecentos e vinte e quatro mil (1.924.000) para um milhão cento e setenta e oito mil (1.178.000), ou seja o setor imobiliário talvez necessite de redução de impostos mas, por vezes o aumento de impostos tem o efeito perverso de agravar a diminuição das receitas, nós aqui votamos a favor de uma taxa máxima, o CDS, no Orçamento se calhar seria de avaliar uma redução da taxa deste imposto pois este efeito perverso que tínhamos está a acontecer o aumentar dos impostos está a diminuir a receita. Percebe-se também nesta crise que vivemos que o Estado deve funcionar a contraciclo, travar em fases de expansão e acelerar em fase de contração, ou seja, aumentar a coleta e as taxas de impostos nesta fase, às vezes é como retirar o alimento ao doente, ele acaba por morrer por fraqueza e não pela doença, vamos ver? É que sem economia as receitas do Estado então acabam por cessar muitas vezes, a economia é o garante das receitas do próprio Estado. Sob o ponto de vista financeiro, o comportamento face aos fornecedores também me parece errado retirou-se um bocado de liquidez à economia: 1.413.000 a fornecedores de conta corrente, 827.000 a fornecedores de imobilizado, realmente pagamos à banca a dívida nesse âmbito reduziu bastante só que os fornecedores continuam a nosso ver demasiado sobrecarregados nesta situação, isto pode ser suficiente para provocar em algumas empresas muitos constrangimentos e até dificuldades. Claramente que nós defendemos que se favoreçam comportamentos positivos, isto é, em relação a que trabalha, do que a caridade, apoios sociais, em contrapartidas de produção, prestação de bens e serviços, etc. Assim deixamos estas reflexões para que o Município continue o seu esforço de saneamento, mas que o faça sem tentar comprometer ao máximo a economia local. O nosso concelho tem empresários com provas dadas de excelente dinamismo e capacidade de gerar riqueza e emprego por este motivo cabe ao Município de Oliveira de Azeméis, do qual eu faço parte, tudo fazer para facilitar a atividade económica e favorecer também o dinamismo da competitividade da nossa região, isto acabara por conduzir a maior crescimento, mais emprego que gerará mais

receitas para a Autarquia e para o País, invertendo o ciclo vicioso mais impostos menos economia que a penalização de quem trabalha já está a provocar. Estamos então no bom sentido, foram alguns apontamentos que a nosso ver deveriam ter sido tidos em consideração. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Eu quero antes de mais fazer aqui dois realces que creio são o essencial da minha intervenção. O primeiro que é destacar a honestidade política do Miguel Portela, que referiu qualquer coisa como o cumprimento generalizado do Plano é isso que estamos aqui a analisar. Honestamente e com toda a sinceridade eu creio que fica bem aquilo que foi dito aqui pelo Miguel, fica-me bem também a mim reconhecer esta honestidade e faço-o naturalmente porque comungo da opinião. O segundo aspeto que gostava de destacar, daquilo que ouvi também e daquilo que aprecio, é aquilo que pressenti relativamente à intervenção do caro e Deputado Pais Ferreira, que foi, antes de entrar propriamente no prato principal, teve uma enorme necessidade de muitas justificações para dizer aquilo que ia dizer a seguir e portanto isto também denota de algum modo que vamo-nos sintonizando nas opiniões embora nos discursos expressos tenhamos ainda algumas divergências. Isto tudo para dizer que nós quase em todas as Assembleias Municipais agora temos este prato, servido, que é de analisarmos a execução do Plano de Saneamento Financeiro e portanto, os argumentos acabam também por se repetir e portanto, temos de ter alguma imaginação para acrescentar algo à discussão. Isto porque a tendência tem sido sempre a mesma e eu diria Senhor Presidente hoje claramente reforçada a tendência tem sido seguida, eu diria que, nós deveríamos aqui a bem da verdade fazer uma avaliação de resposta fechada. Este Relatório tem uma apreciação globalmente positiva ou globalmente negativa. Eu tenho grande dificuldade em perceber que houvesse uma resposta que não fosse 100% pela primeira resposta. Isto porque de facto a generalidade dos indicadores que são relevantes para o desempenho do Município e para a sua credibilidade no mercado são muito positivos, a única coisa que consigo dizer substanciada depois de ler este relatório, eu li este relatório Senhor Presidente e tive muito gosto em lê-lo, porque gosto de ler coisas às vezes negativas mas neste caso coisas muito positivas, li-o, analisei os números e portanto, tenho de dizer que de facto é um relatório muito positivo e de que me orgulho de facto de estar aqui a emitir opinião. Gostava apenas de referir também agora do ponto de vista da análise substancial do relatório, dois aspetos que creio que são importantes. Dr. Pais Ferreira referiu e muito bem que o que estamos aqui a analisar, não é uma tendência de resultados em relação a anos anteriores, é uma execução face a um Plano de Saneamento Financeiro. E relativamente a este Plano de Saneamento Financeiro com a salvaguarda e com todos os parenteses que temos de colocar, de todas as circunstâncias que se alteraram substancialmente desde o momento que em 2007 foi feito este Plano para a



atualidade, salvaguardando todo o diferente cenário que hoje vivemos, na verdade há aqui aspetos muito curiosos. É que, no que diz respeito por exemplo aos custos de estrutura, ou seja, aquilo que a Câmara Municipal gastou no seu funcionamento em relação ao que previu em 2007 teve uma poupança de trezentos mil euros (300.000,00€), globalmente falando, obviamente que há aqui uns desvios uns para cima outros para baixo, se analisarmos algo que tem sido muito querido, sobretudo ao Partido Socialista, por vezes também ao CDS, as despesas com os custos com o pessoal. De facto confesso nunca fui capaz de prever que a Câmara Municipal tivesse um desempenho tão positivo no que diz respeito, de facto, a esta racionalização de recursos no que diz respeito aos recursos humanos. O Plano previa para 2011 um gasto com custos com pessoal de onze milhões e duzentos mil euros (11.200.000,00€) e gastou nove milhões oitocentos e oitenta e quatro mil euros (9.884.000,00€) é uma diferença de facto assinalável, substancial, sobretudo porque, enfim do ponto de vista sensível, houve um conjunto de projetos desenvolvidos pela própria Câmara Municipal, exemplo disso é aquilo que há uns dias estivemos aqui a discutir do Plano Diretor Municipal, que foram feitos com estas pessoas e de facto há aqui um desempenho notável. Ao nível dos proveitos, pese embora um conjunto de “facadas” (perdoem-me a expressão) que as receitas provenientes de impostos, provenientes de transferências do Estado foram tendo ao longo dos anos, houve a capacidade de gerar outras fontes de financiamento que permitiram que contrariamente a trinta e dois milhões e setecentos mil euros (32 700.000,00€) que se previa de receitas para 2011 a Câmara Municipal conseguiu arrecadar um pouco mais, trinta e três milhões e qualquer coisa, portanto creio que estes são aspetos muito positivos. Um outro aspeto que eu gostava aqui de destacar também, tem a ver com uma preocupação, que é nossa, que referiu o Dr. Pais Ferreira, relativa a um aspeto que de facto continua ainda acima do que o Plano previa que é a dívida do Município que está cerca de três milhões (3.000.000) de grosso modo acima do que foi previsto no Plano de Saneamento Financeiro, é um facto. Mas honestamente, é um facto desprezável, entenda-se aquilo que pretendo dizer – desprezável, atendendo à capacidade que a própria Câmara tem de gerir com rigor este aspeto, porque a Câmara Municipal pode sim controlar o seu endividamento, a sua dívida tem mais dificuldade, simplesmente porque há outras entidades que lhe deve a si própria. E portanto eu saltaria para a parte do endividamento, essa sim, para mim de grande relevância, para mim não, é a Lei que o estabelece, de grande relevância e que importa analisar, é que a Câmara Municipal no que diz respeito ao endividamento líquido está trezentos mil euros (300.000,00€) acima daquilo que foi previsto no Plano de Saneamento Financeiro, é mau Senhor Presidente, estamos acima é um facto, mas perdoem-me a minha opinião acho que é um mau muito bom, porque são 0,9% acima daquilo que estava estabelecido. Claro está e aí comungo inteiramente, o Senhor Presidente creio que comunga inteiramente também, daquilo que aqui foi dito, que a atenção, a preocupação em injetar capital na economia local que vive tempos de extrema dificuldade, deve presidir sempre às preocupações do seu Presidente de Câmara. Bem sei também pelo que percebi há pouco das palavras, que muitas vezes, alguém disse isto a alguns dias atrás, - é preciso gerir a dívida, creio que vi uma entrevista de alguém

*que dizia: – tem que se gerir a dívida. Há aqui também um valor que transitou de dois milhões de euros (2.000.000,00€), que na verdade se a Câmara Municipal, não sei se o fez já até, se o canalizar para fornecedores nesta fase quase liquidaria a totalidade da sua dívida a fornecedores. Bem sabemos também e aqui é uma decisão estratégica que a Lei está a mudar, há requisitos que com certeza se irão alterar e portanto, muitas vezes a bem do cumprimento da Lei às vezes tem de se prejudicar coisas que aparentemente seriam mais essenciais. Mas, genericamente é isso que tenho para dizer, parabéns porque a execução é claramente positiva.*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente e se me der autorização, eu pedia aos serviços que, sim outra vez, acho que facilita a explicação naturalmente. E de facto, para que não restem dúvidas, começo a dizer que: - não. Não estamos com sintonia de opiniões, não estamos com sintonia de opiniões, se ficou eventualmente esse erro. As vezes tenho alguma dificuldade em organizar o discurso e talvez por isso, Senhor Presidente, respondendo aquilo que me disse há pouco, acabo por vir cá falar algumas vezes, porque a quantidade de coisas que dizem e que me sinto na necessidade de explicar às pessoas que não são assim tão grandes, enfim, que isso dificulta-me às vezes a organização do pensamento. E antes de começar, só dizer uma coisa muito simples, isto às vezes faz-me lembrar aqueles alunos que trabalham para os dez, têm nove e meio e depois olham para os que reprovaram e não para cima, porque às vezes a forma como colocam a questão é assim. A questão não é se alguns que estão piores, quando nós estávamos piores também o alertamos, quando reprovamos também o alertamos, a questão é que obviamente as nossas propostas vão ser sempre para cima, vão ser sempre para melhorar cada vez mais e penso que aí não há dúvida. E nesse sentido esclareço, Senhor Presidente, se me desculpa, falar de superavit com o nível de investimento que nós tivemos e temos tido, acho que não merece muitos comentários e penso que a realidade é clara e está vertida nos números e nesse sentido talvez não seja preciso gastar muito mais energia a discutir o óbvio, mas nem por isso deixamos de continuar a estar preocupados. Preocupados com uma enorme dívida que asfixia o nosso desenvolvimento, o nosso futuro, o bem-estar das nossas populações, que asfixia as aspirações que possamos ter e limita drasticamente a capacidade de ação do Município, que só em juros consome dezasseis milhões (16.000.000) dos escassos recursos financeiros do Município. Estamos sempre a falar disto, não se esqueça. Continuamos preocupados pelo que parece ser a negação da realidade que, apesar de não ser nova, não deixamos nunca de esperar que com o crescente de evidências se arrepie caminho. Aliás, talvez se lembre bem o Dr. António Rosa, bem responsável por este Plano, do que me disse na tal Assembleia Municipal de dezembro de 2007, quando na altura discutíamos o desequilíbrio financeiro, desconfiando que seria eu a escrever as minhas intervenções deve-se recordar desse momento, citou o Revisor Oficial de Contas para refutar os argumentos de um PS já seriamente preocupado dizendo: “a*

*situação financeira face à aprovação do Plano de Saneamento Financeiro e à sua execução, perspetiva-se que se revele adequada já no final do exercício de 2007”, mas fez questão de reforçar as palavras do Senhor Revisor Oficial de Contas, para que ninguém duvida-se da solução que então se propunha, dizendo: “eu não diria, se assim não o entendesse”. Como o Senhor disse: “não percebo a satisfação que vocês, PS, têm nestas coisas”. A satisfação não era nenhuma na altura e também não o é hoje pode acreditar, mas nunca acreditamos no conto de fadas que quiseram contar aos Oliveirenses. Hoje não analisamos já um Plano, mas o seu esforço de execução. Como podemos ver no gráfico a diferença entre o que estava no Plano de Saneamento Financeiro em relação à dívida total do Município e a forma como fomos executando esse Plano, está aqui, está visível, isto é decalcado do relatório. Portanto, o Plano de Saneamento Financeiro, como se tinha dito, não está a ser cumprido. O Partido Socialista continua seriamente preocupado com o facto do Plano de Saneamento Financeiro não estar a ser cumprido, nem nos montantes de endividamento global, nem no espírito que o justificou. O incumprimento do montante de dívida a fornecedores e os prazos médios de pagamentos são apenas dois exemplos claros e ilustram bem as dificuldades que a Autarquia vai criando à economia local ao invés de a estimular. Continuamos a não perceber o regozijo do Senhor Presidente com o facto de estarmos a diminuir a dívida como se isso não fosse uma obrigação legal, resumindo as dificuldades financeiras da Autarquia e a sua capacidade de gestão à exclusiva dependência do que recebemos das transferências do Estado Central. Estas transferências são importantes mas não são determinantes. Muito mais poderia ser feito para promover o desenvolvimento e a criação de riqueza, existindo múltiplas ferramentas ao dispor das Autarquias. Mas aqui chegamos com muitos problemas estruturais sérios e indisfarçáveis e sem recursos financeiros para os resolver e os sucessivos executivos têm-se mostrado absolutamente incapazes de inverter esta realidade. É a isto Senhor Presidente que chamamos um erro grave de gestão, despender energia ao ocultar a realidade em vez de promover soluções para a resolução dos problemas reais. Mas isto é passado como o Senhor bem disse na Assembleia de dezembro último “e os Senhores estão sempre a falar do passado quando é o futuro que nos importa”, nem mais, mas também esse nos preocupa e muito. E por isso, Senhor Presidente, caros membros da Assembleia, peço que façam connosco um exercício simples de futuro: mantendo a mesma gestão de dívida, onde estaríamos nós, onde estaremos nós em 2020, ano do endividamento mínimo previsto no Plano de Saneamento Financeiro. A continuarmos com o mesmo tipo de gestão, esta seria a diferença em 2020, isto é apenas um exercício de previsão, naturalmente. Estaremos longe, longe dessa meta que nos fez contrair um empréstimo, pesado, que como disse só em juros consome cento e cinquenta e quatro euros (154,00€) por hora, vinte e quatro horas por dia, durante doze anos, quanto não seria possível fazer e empreender com esta verba? A este ritmo e mantendo a gestão, então quando chegaremos perto do nível mínimo de endividamento previsto e que nos fez contrair um Plano de Saneamento Financeiro? A este ritmo e mantendo a mesma gestão, estou a falar novamente de previsão, apenas em 2029 estaríamos no nível que então prevíamos, mais nove anos do que a previsão*

*inicial. Mas como disse não gastemos mais energia com o problema, mas com as verdadeiras soluções seriam essas que gostaria de ouvir discutidas com seriedade e rigor e ainda que isto possa parecer um exercício de especulação a questão impõe-se. Senhor Presidente, muito concretamente, qual é a sua perspetiva temporal para o Saneamento Financeiro do Município? Mantêm a previsão ou tem uma outra perspetiva sobre o assunto?” Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Já temos melhores condições de trabalho porque a luz, aqui atrás, incomoda. Deixe-me dizer-lhe que eu hoje saio daqui, vou estar aqui ainda mais horas a discutir os pontos todos da ordem de trabalhos, mas saio daqui com uma enorme satisfação. Se repararem, e temos que ter memória e temos que olhar para a história e temos que perspectivar o futuro, pela primeira vez na história do saneamento financeiro, hoje, ninguém ousou dizer que nós estávamos a cometer ilegalidades. Lembrem-se “isto é tudo ilegal”. E, tanto insistiram na ilegalidade até que desistiram. Bem-vindos ao Plano de Saneamento Financeiro legal. Uma segunda nota, aliás o Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira até disse: “não são ilegais” e depois acrescentou: “que estas contas até nem são das piores” disse o Senhor Fernando Pais Ferreira. Não são das piores? Mas repare Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira, sabe que eu lhe faço justiça, as vezes até temos aqui discussões acaloradas mas eu faço-lhe justiça à sua intervenção de hoje, agora como o Senhor disse o Deputado Bruno Aragão vai complementar, ouça não completou coisa nenhuma porque deu cabo da sua argumentação toda, ou seja, a sua argumentação até estava a ir certinha. Cada um tem direito a ter a sua opinião, nós temos de respeitar, eu respeito tanto a dos outros como quero que respeitem a minha também, também tenho direito a ter a minha opinião e como sabem a minha opinião é fiscalizada por muitas entidades e a opinião dos Senhores Deputados e aquilo que aqui dizem é fiscalizada pelos oliveirenses de quatro em quatro anos. A minha opinião e as minhas decisões têm a fiscalização da IGAL, do Secretário de Estado da Administração Local, da DGAL, da Inspeção disto e da Inspeção daquilo, do Tribunal de Contas e dessas coisas todas e a dos Senhores não, os Senhores podem dizer aquilo que bem lhes apetecer que ninguém vos vem pedir responsabilidades a não ser os Oliveirenses ao fim de quatro anos, depois vão fazer a avaliação do que foi feito, o que não foi feito, as promessas cumpridas, não cumpridas, de quem ajuda, de quem não ajuda, de quem contribui positivamente. Eu não estou preocupado, eu só tenho um voto, o resto é feito pelos Oliveirenses. Uma constatação também nesta análise que foi feita é a seguinte e reparem: o Plano de Saneamento foi feito com base numa previsão de receitas e houve cortes do OE, já não vou dizer cortes do PS e do PSD, reparem que eu estou aqui a fazer um esforço para não partidizar nada disto, houve cortes do OE e andam próximos dos dois milhões de euros e ninguém fala nisso, toda a gente diz o Plano de Saneamento Financeiro não está a ser cumprido por isto assim, assim, assim e assim, está dentro do limite*

*legal, mas ninguém diz houve menos dois milhões de transferências do OE para a Câmara Municipal, para esta e para as outras, o que importa é ter que cumprir. E vejam a diferença, o estimado líder do Partido Socialista António José Seguro fala com a Troika, há um acordo, há um memorando, está tudo escrito, mas diz o Secretário Geral do Partido Socialista - “mas atendendo à conjuntura, à situação e ao asfixiar da economia, Senhores da Troika dêem mais tempo, Senhores da Troika arranjam mais dinheiro, Senhores da Troika não sejam tão firmes”. Agora olhem para o PS de Oliveira de Azeméis, não podem mais nada, pedem é que se cumpra e, mais nada, não há cá contemplação por mais nada, é cumprir e mais nada. Então no plano do prazo médio de pagamentos é preciso ter, é preciso não ter nada, reparem uma coisa estar aqui a falar nos 47 dias, então para o prazo médio de pagamentos chegar aos 47 dias já não conta a conjuntura, já não conta o investimento, já não conta nada, é 47 que está lá, tem que ser, matem tudo tem que ser 47. Reparem neste exercício, um exercício interessante feito pelo Dr. Fernando Pais Ferreira que é a intervenção a que eu me estou a referir, relativamente à outra não vou fazer qualquer comentário, o Dr. Fernando Pais Ferreira diz o seguinte: “o prazo médio de pagamento ultrapassa os 72 dias,” não é? Ou seja, nós temos 119, tínhamos que ter 147, mas isto é o copo meio vazio e o copo meio cheio, o Dr. Fernando Pais Ferreira podia ter dito: “ainda faltam 61 dias para atingir o limite legal de 180,” podia ter dito: 119 mais 61 dava 180, mas não disse, disse ao contrário. Olhem o soundbyte: ultrapassa em 72 dias, não diz que reduz ano após ano, que faz um esforço terrível para reduzir. Não, é ultrapassa em 72 dias que é para logicamente para a semana na comunicação social ou no comunicado press-release semanal dizer: 72 dias de incumprimento e tal, que é para baralhar e as pessoas depois percebem, mas são 72 dias, então mas não cumprem, então nos jornais vêm as Câmaras todas que não cumprem e Oliveira de Azeméis não vem lá? É a tal coisa do copo meio cheio e meio vazio. Depois reparem a nós, Câmara Municipal, eu já referi porque ninguém referiu, volto a falar nos cortes do OE, reparem com os cortes que tivemos nós continuamos a baixar a dívida total do Município, continuamos a baixar o endividamento, mas ninguém nos deixa renegociar nada, eu adorava poder renegociar isto como é evidente, então se as premissas que tiveram por base o Plano de Saneamento Financeiro foram alteradas eu também queria renegociar como é evidente, mas não. Reparem a ajuda que eu tenho é: tem que cumprir, não pode desviar, tem que ser e tem que ser. Muito bem, a gente cá está a fazer o nosso melhor e cá estamos a cumprir a Lei e cá estamos a fazer um esforço terrível para reduzir e também deixem-me dizer-vos só não reduzimos mais porque não podemos, porque como disse o Dr. Miguel Portela às tantas com tanta redução, paramos, paramos completamente. Reparem: quando se fazem alguns exercícios de futurologia, nós só olhamos para esta vertente e dizemos quantos anos vai demorar, ouça, nem se fala no investimento, quantos anos vai melhorar, quantos anos vai piorar, é só estes exercícios, há aqui um conjunto de soundbytes criados que merecem ser enaltecidos, é trabalho, isto é difícil de fazer, não é? E, portanto, pelo menos estudaram a situação, só que estão um bocadinho fora do contexto, ou seja, aquilo que em termos nacionais conta, em termos locais não conta rigorosamente nada. Relativamente ao Dr. Miguel Portela a questão dos impostos,*

como sabe, repare, imagine que nós baixávamos os impostos, eu aí nem sei o que é que me aconteceria, nem sei o que é que me aconteceria, porque ia ser complicado, porque no Plano de Saneamento Financeiro também diz lá, no mesmo Plano onde temos cumprido tudo, que temos de maximizar as receitas. Como é que eu maximizo as receitas baixando os impostos? É difícil. Eu sei que podem dizer que se pode, mas isto tudo se pode dizer, agora a diferença é fazer, há uma grande diferença. Depois relativamente ao IMT, sabe como é que o IMT aumentava? Se a banca começasse a emprestar dinheiro para a malta comprar casas, o IMT aumentava logo, porque temos não sei quantas casas em Oliveira de Azeméis à venda, você vai ao banco e o banco deixa-o entrar, mas emprestar dinheiro não empresta nem a si nem a ninguém. Eu também não sei para que é que há os bancos agora, a malta vai lá, taxas das contas nós recebemos todos os dias, agora vamos ao banco e os bancos nem emprestam, nem estudam, aquilo é chegar lá a gente cumprimenta o Gerente bancário que é sempre um tipo simpático ou uma senhora simpática e depois vimos embora. Bastava os bancos emprestarem dinheiro às pessoas, elas compravam casa, aumentávamos logo o IMT, não é preciso baixar, é preciso é que a economia comece a mexer, mexer mais do que o que está a mexer agora e isso todos desejamos. A questão das amortizações extraordinárias que o Dr. Miguel também falou, isso têm a ver com uma obrigação legal da redução mínima de empréstimos de 10% que tem que ser feita e portanto aí também tem a ver com os contratos. Quando você falou e bem, o Dr. António Rosa também falou e o Dr. Fernando Pais também falou, na questão de que temos de deixar a economia respirar, pois claro e temos é que incentivar o crescimento económico e por isso é que o investimento da Câmara Municipal está a ser canalizado para investimento reprodutivo. Área de Acolhimento Empresarial, onde vamos ter ainda até ao final do mês de fevereiro que investir perto de trezentos mil euros (300.000,00€) em terrenos e logicamente que se calhar podíamos canalizar esses trezentos mil euros (300.000,00€) para outras coisas e havia rácios melhores, mas o nosso objetivo é ter a Área de Acolhimento pronta a entrar os empresários em março, a iniciar a construção. Já temos parcelas adquiridas de pessoas que chegaram a acordo e temos que as pagar até final do mês de fevereiro e falta pouco, o mês de fevereiro ainda por cima é um mês curto, é mais curto, dava um jeitão ter 31 dias, mas não, temos que pagar esta semana, vamos ter que pagar até quarta-feira. E portanto isto tem a ver com a questão da dinamização da nossa economia atraindo investimento, criando postos de trabalho, aumentando a riqueza do concelho e diminuindo o desemprego também que é importantíssimo tendo em conta os dados que infelizmente hoje temos no país, felizmente para Oliveira de Azeméis ainda não atinge uma situação semelhante à média nacional, mas não deixa de ser preocupante a situação, nomeadamente, no que diz respeito aos jovens. Repare, a questão de gerir a dívida que falaram, naquilo que diz respeito, por exemplo, ao pagamento a fornecedores, não se esqueçam, não se esqueçam, nós não sabemos o que é que aí vem da Lei dos Compromissos por exemplo, nós não sabemos. Repare e isto foi falado por exemplo em reunião da Área Metropolitana do Porto, com todos os Presidentes de Câmara, onde nós estamos inseridos, e ninguém sabia o que é que havia de fazer e quando se tenta passar com superavit, quando se tenta ter esse superavit tem muito a

*ver com criarmos mecanismos preventivos para não sermos surpreendidos com legislação. Ela saiu depois a Associação de Municípios pressionou, alguns autarcas têm feito um conjunto de informações para o Senhor Ministro das Finanças e para o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares que tem a tutela das autarquias dando sugestões relativamente a esta matéria, evitando o asfixiamento que eu há pouco falei mas nós também vamos ter que pagar e queremos naturalmente pagar aos fornecedores e pagar mais depressa. Dr. Miguel Portela imagine, isto é um exercício meramente académico, mas imagine que não tinha tido os cortes do OE e se esses cortes OE fossem para pagar a fornecedores se calhar a dívida a fornecedores estava a zero, mas como houve cortes tem que se andar aqui a fazer uma ginástica orçamental muito grande. E, portanto, Senhor Presidente, basicamente dizer-lhe que o esforço que o Município fez vai ter que continuar, ou seja, se o ano de 2011 foi um ano difícil, tremendamente difícil, o ano de 2012 não vai ser mais fácil até por causa dos compromissos assumidos no Plano de Saneamento Financeiro tendo em conta o pagamento do empréstimo. Ou seja, nós estamos a falar de uma afetação de cinco milhões de euros (5.000.000.00€) que é o ano que conta e, portanto, nós vamos querer continuar a cumprir, não vamos querer estar nas listas negras do poder local a nível nacional e vamos ter que continuar a ter o esforço de todos e a compreensão uma vez mais dos Senhores Presidentes de Junta. Aliás a própria inspeção do Tribunal de Contas, a própria inspeção do Tribunal de Contas no seu relatório final reconhece e já falamos aqui na Assembleia Municipal nisso, reconhece o esforço, reconhece o mecanismo de monitorização e o mecanismo de controlo, mas aponta para melhorarmos e aumentarmos a questão do rigor, portanto, nós não temos possibilidade, nem que a gente queira fazer “flores” não podemos, temos que continuar neste esforço e por isso eu espero que todos o compreendam e que todos nos ajudem a atingir os objetivos, respeitando, respeitando, respeitando democraticamente opiniões diferentes. Por amor de Deus, ninguém se zanga. E portanto cada um tem o direito de fazer a sua análise, fazer as suas leituras, fazer os seus comentários, fazer os seus gráficos, não há problema nenhum, isto é a democracia a funcionar no seu melhor e nós cá estamos. Muito obrigado Senhor Presidente. =====*

*===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.*

*===== **Ponto três:** Protocolo de Colaboração, a celebrar com a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, com vista à comparticipação financeira das despesas não elegíveis no âmbito da Candidatura ao MODCOM C: “Iluminação de Natal 2011 e Segurança de Eventos” – Autorização. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que a realização de projetos de âmbito promocional das atividades económicas do município, não são passíveis de alcançar os resultados desejáveis sem a participação de parceiros públicos e privados; - que a época Natalícia sendo a mais tradicional do ano, movimenta os cidadãos não*

só para efetuar compras, mas também para desfrutar da animação de que habitualmente se revestem as localidades; - que tem sido critério do Município promover, em colaboração com outras entidades, a animação e iluminação de ruas, principalmente da cidade, promovendo assim o comércio tradicional; - as competências dos órgãos municipais no domínio do apoio ao desenvolvimento local consignados, designadamente, no artigo 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro; - Reportando-se ao Ano de 2011, propõe-se: A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, que tem por objeto estabelecer os termos da colaboração institucional, entre os Outorgantes, para a promoção e dinamização do comércio tradicional na cidade de Oliveira de Azeméis, ao abrigo designadamente, da alínea I) do n.º 2 e alínea a) do n.º 4, do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Este protocolo tem a ver com a participação daquilo que não foi elegível, no que diz respeito à segurança de eventos e à iluminação de natal 2011 até ao montante de trinta mil euros (30.000,00€). Portanto como não houve financiamento, não foi abrangida esta situação, estamos a fazer este protocolo com a Associação Comercial para proceder ao pagamento das verbas que estão aqui identificadas relativamente à iluminação e à segurança. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado unanimidade autorizar a celebração do Protocolo de Colaboração, com a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, com vista à participação financeira das despesas não elegíveis no âmbito da Candidatura ao MODCOM C: “Iluminação de Natal 2011 e Segurança de Eventos”=====

===== **Ponto quatro:** Protocolo de Colaboração com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização dos eventos: “Curso Carnavalesco, Jogos Tradicionais, Marchas e Carnaval de Verão” – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante, de promoção do



*desenvolvimento local, sócio-cultural, desportiva e de tempos livres, previstas designadamente, nas alíneas e), f) e n) do n.º 1 do art.º 13º, art.º 20º, 21º e 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro; - Que a realização de projetos de carácter cultural, recreativa ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e conseqüentemente de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; propõe-se: - Ao abrigo da alínea b) n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, tendo em vista a colaboração institucional para a concretização do tradicional Corso Carnavalesco, Jogos Tradicionais, Marchas e Carnaval de Verão. – Se submeta à Assembleia Municipal para os efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Tem a ver com um protocolo de colaboração, houve uma vontade demonstrada pela FAMOA de organizar o Corso Carnavalesco entre outras coisas e tem a ver com a dinamização de todo o movimento associativo, houve a vontade de realizar o Corso Carnavalesco que já foi realizado, os Jogos Tradicionais, as marchas e o Carnaval de Verão. Este protocolo é para estes quatro eventos e é isso que trazemos aqui à Assembleia Municipal. E esperamos que todos eles tenham o sucesso que teve o Carnaval, ou seja, que as Marchas, que os Jogos Tradicionais e que o Carnaval de Verão sejam também um grande sucesso.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado unanimidade autorizar a celebração do Protocolo de Colaboração com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização dos eventos: “Curso Carnavalesco, Jogos Tradicionais, Marchas e Carnaval de Verão”. O Senhor António Luís da Fonseca e Grifo – Segundo Secretário não participou na votação deste ponto por se considerar impedido.* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de Colaboração com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização do evento “Concurso Internacional de instrumentos de Sopro Terras de La-Salette 2012” – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando – As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante, de promoção do desenvolvimento local, sócio-cultural, desportiva e de tempos livres, previstas designadamente, nas alíneas e), f) e n) do n.º 1 do art.º 13º, art.º 20, 21º e 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que a realização de projetos de carácter cultural, recreativa ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e conseqüentemente de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; propõe-se: - Ao abrigo da alínea b) n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, tendo em vista a colaboração institucional para a realização do Concurso Internacional de instrumentos de sopro “Terras de La-Salette” 2012. – Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Como sabem o concurso de sopros tem sido ao longo dos últimos anos um sucesso tremendo e tem aumentado o número de presenças de participantes e é considerado um concurso muito exigente porque tem um júri que é reputadíssimo e tem elevados níveis de exigência. Por sugestão do júri, da FAMOA e da Senhora Vereadora decidiu-se este ano transformar este concurso nacional em internacional e aquilo que trazemos aqui hoje é que até ao montante de 25.000,00€ seja aprovado este protocolo, ou seja, as despesas até 25.000,00€ pode ser menos, nunca mais de 25.000,00€ para este concurso de sopros Terras de La-Salette. =*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado unanimidade autorizar a celebração do Protocolo de Colaboração com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização do evento “Concurso Internacional de instrumentos de Sopro Terras de La-*

Salette 2012”. O Senhor António Luís da Fonseca e Grifo – Segundo Secretário não participou na votação deste ponto por se considerar impedido. =====

===== **Ponto seis:** Adenda ao protocolo de Colaboração celebrado com a Associação Musical das Beiras, com vista à implementação de atividades culturais, especialmente no domínio musical – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 05 de Janeiro de 2006, foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Associação Musical das Beiras, para execução de eventos pela Filarmónica das Beiras – Para concretização do seu objetivo há necessidade de proceder à alteração das cláusulas quinta, sexta e sétima do referido protocolo, propõe-se:- A aprovação da minuta de adenda ao referido Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Associação Musical das Beiras; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, isto é uma adenda ao protocolo de colaboração com a Associação Musical das Beiras, percebam só a explicação que eu vou dar é mais administrativa e contabilística que tem a ver com o seguinte, o protocolo passa a dizer: “até cinco mil euros (5.000,00€)” e até aqui dizia cinco mil euros (5.000,00€) e portanto se fosse menos de cinco mil euros havia dificuldade em cumprir porque dizia lá cinco mil euros (5.000,00€), portanto é transformado em “até cinco mil euros (5.000,00€)” e como foi o caso nós conseguimos fazer melhores negócios abaixo de cinco mil (5.000,00€) e agora está confortável e até aqui não estava. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação Musical das Beiras. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer:=====

===== Se repararem do ponto número sete ao ponto vinte e oito inclusive, são propostas de trânsito, tudo o que tem a ver com sinalizações e marcação de lugares, propostas de ordenamento de trânsito. Se alguém tivesse alguma dúvida ou quisesse em algum destes pontos

*interrogar ou pedir algum esclarecimento faz o favor de se inscrever, discutíamos em conjunto e assim aligeirávamos esta situação sem prejuízo da discussão dos mesmos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Senhor Presidente, estamos a falar de pequenas alterações, não estamos aqui a falar de nenhuma alteração significativa, elas são quase autoexplicativas mas se quiserem fazer alegações tudo bem não há problema. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia voltou a usar da palavra para dizer: “Portanto, interpretando o sentido da Assembleia, penso que não havendo intervenções, em princípio os pontos estão todos aprovados.” =====*

*===== **Ponto sete:** Proposta de marcação de linha amarela na Rua Rotunda da Ramadinha, freguesia de Vila de Cucujães – Aprovação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação” (art.º 64º, n.º 2, alínea a)); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente). – Tendo em conta que é necessário reforçar a sinalização de estacionamento na referida rua. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/3388/2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - Pintura de linha amarela contínua, M12, na Rua Rotunda da Ramadinha, Vila de Cucujães, em frente ao mini-mercado “Bidita”, numa extensão de 10 metros, para alertar os condutores para a proibição de paragem e estacionamento no local. Na colocação do sinal deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de março.” =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto oito:** Proposta de marcação de linha amarela na Rua Capela Mártir São Sebastião, freguesia de Vila de Cucujães – Aprovação. =====*

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Que, nos termos da lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação” (art.º 64º, n.º 2, alínea a)); - Que bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito de uma forma mais correta na referida rua, na Vila de Cucujães. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/89846/2011, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A pintura de linha amarela contínua (LAC), M12, junto do equipamento do ECOPONTO existente na rua Capela Mártir São Sebastião, no sentido de alertar os condutores para a proibição de paragem e estacionamento no local. Na colocação do sinal deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de março.”*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*=====

=====***Ponto nove:** Proposta de marcação da via na Rua Ferreira de Castro, freguesia de Pindelo – Aprovação.*=====

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando:- Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação” (art.º 64º, n.º 2, alínea a)); - Que também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito de uma forma mais correta na referida rua, na freguesia de Pindelo. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/87080/2011 (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), propõe-se: - A pintura de linha contínua M1 e respetivas linhas descontínuas de guiamento nas zonas de acesso (LBTg). Propõe-se, também na zona da referida curva a pintura de uma linha contínua junto ao limite da faixa de rodagem (M12), e colocação de um sinal “B1 – cedência de passagem” na travessa sem saída, para ordenamento de trânsito no local. Na colocação do sinal deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto*

*Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de março* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dez:** *Melhoramentos dos níveis de segurança na Rua do Mosteiro, junto ao edifício da Junta de Freguesia de Cucujães – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação ” (art.º 64, n.º 2, alínea a); Que também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); Tendo em conta que é necessário melhorar os níveis de segurança rodoviário na rua do Mosteiro, junto ao edifício da junta de freguesia. Nesse sentido, tendo em conta a informação técnica I/80667/2011 e peça desenhada com implantação da sinalização, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A colocação de um sinal vertical “A1a - Curva à direita” e sinal vertical “C13 - proibição de exceder a velocidade máxima de 40 quilómetros por hora”, garantindo assim a melhoria dos níveis de segurança dos peões e automobilistas. Na implementação da sinalização, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto onze:** *Melhoramento dos níveis de segurança da circulação dos peões na Rua da Galiza (junto à Quinta do Grupo Folclórico de Cidacos), freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à*

*Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação” (art.º 64, n.º 2, alínea a); - Que também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário melhorar os níveis de segurança da circulação dos peões na Rua da Galiza da Freguesia de Oliveira de Azeméis; - Nesse sentido, tendo em conta a informação técnica I/67906/2011 e peça desenhada (documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), propõe-se: A colocação de sinalização vertical e horizontal de acordo com a peça desenhada, que consiste na implantação de uma marca rodoviária M11 (passagem para peões) e 2 linhas de paragem M8a, assim como a colocação de dois sinais verticais H7. Na implementação da sinalização e das marcas rodoviárias, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto. Na marca M11 (passagem para peões) deve ser respeitado o Decreto-Lei 163/2006 de 8 de agosto, no que diz respeito ao rebaixamento dos passeios de acesso.”* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto doze:** *Melhoramento dos níveis de segurança da circulação dos condutores na Rua Monte do Castelhão, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando:- Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação” (art.º 64º, n.º 2, alínea a)); - Que também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário melhorar os níveis de segurança rodoviário na Rua Monte Castelhão;- Nesse sentido, tendo em conta a Informação Técnica I/93442/2011, e peça desenhada (documentos estes que ficam arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A colocação de sinalização vertical de acordo com a peça desenhada, que consiste na colocação de um sinal vertical H7 (Via Pública sem saída) no início da Rua Monte do Castelhão, garantindo assim a melhoria dos níveis d segurança dos peões e automobilistas. Na implementação da sinalização e das marcas rodoviárias, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de*

outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze:** *Melhoramento dos níveis de segurança, proibição de estacionar na Rua Doutor Tomás António Fernandes, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação.* =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando:- Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação” (art.º 64º, n.º 2, alínea a)); - Que também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário melhorar os níveis de segurança rodoviário na Rua Dr. Tomás António Fernandes;- Nesse sentido, tendo em conta a Informação Técnica I/93818/2011, e peça desenhada anexa à mesma (documentos estes que ficam arquivado em pasta anexa ao livro de atas), propõe-se: - A colocação de sinalização vertical na Rua Dr. Tomás António Fernandes de acordo com a peça desenhada, que consiste na colocação de dois sinais verticais C15 (Estacionamento Proibido) no sentido norte/sul e inverso, garantindo assim a melhoria dos níveis de segurança dos peões e automobilistas. Na implementação da sinalização e das marcas rodoviárias, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto catorze:** *Melhoramento dos níveis de segurança na Rua Tomás Figueiredo de Araújo Costa, freguesia de Santiago de Riba – UL – Aprovação.* =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir



equipamentos, serviços, redes de circulação " (art.º 64.º, n.º2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete "administrar o domínio público municipal, nos termos da lei", bem como "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município" (art.º64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário melhorar os níveis de segurança rodoviário no entroncamento da Rua Tomás Figueiredo de Araújo Costa. Nesse sentido, tendo em conta a informação técnica I/16315/2010 e peça desenhada (documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), propõe-se: A colocação de sinalização vertical e horizontal de acordo com a peça desenhada, que consiste na implantação de duas marcas rodoviárias M11 (passagem para peões), assim como da colocação de dois sinais verticais H7, esta deve ser implantada nos locais indicados na planta anexa. Com o intuito de melhorar os níveis de segurança dos peões que circulam nessa zona. Na implementação da sinalização e das marcas rodoviárias, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º41/2002 de 20 de agosto. Na marca M11 (passagem para peões) deve ser respeitado o Decreto-Lei 163/2006 de 8 de agosto, no que diz respeito ao rebaixamento dos passeios de acesso. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quinze:** Melhoramento das condições de segurança rodoviária – Rotunda Macieira de Sarnes, freguesia de Macieira de Sarnes – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação " (art.º 64.º, n.º2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete "administrar o domínio público municipal, nos termos da lei", bem como "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município" (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário melhorar os níveis de segurança rodoviária, na intercessão giratória da Rua das arroteias com a Rua das Picarotas da Freguesia de Macieira de Sarnes. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/89723/2011, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: A implantação da seguinte sinalização: Sinalização vertical: 4 – Sentido obrigatório – D1a; 4 – Baias direcionais – O6b; 4 – Rotunda – D4; 4 – Cedência de passagem – B1; 4 – Aproximação de rotunda – B7; 1 – paragem obrigatória em entroncamento “STOP” – B2; 1 – Via pública sem saída – H4. Esta deve ser

*implantada nos locais indicados na planta anexa (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas). Sinalização horizontal: - Linha branca contínua; Linha branca descontínua. Devem ser implantadas segundo as indicações da planta anexa com as espessuras, espaçamentos, formas e localizações indicadas na planta anexa. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de março, bem com as indicações da planta anexa a informação técnica I/89723/2011.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezasseis:** *Melhoramento dos níveis de segurança na Rua Pombal da Igreja, freguesia de Loureiro – Aprovação.* =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação” (art.º 64, n.º 2, alínea a); Que também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); Tendo em conta que é necessário melhorar os níveis de segurança rodoviário na Rua Pombal da Igreja; Nesse sentido, tendo em conta a informação técnica I/92278/2011 e peça desenhada, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: A implantação das marcas rodoviárias M11 (passagem para peões) e respetivas linhas de paragem, devendo ser sinalizada pela colocação de dois sinais verticais H7 com o intuito de melhorar os níveis de segurança da circulação dos peões, marca rodoviária M12 (linha contínua junto do limite da faixa de rodagem), marcação lugar de estacionamento para deficientes, cor amarela, com uma largura útil não inferior a 2,5 m, possuir uma faixa de acesso lateral com uma largura útil não inferior a 1 m e ter um comprimento útil não inferior a 5 m, devendo ser sinalizada com um sinal vertical H1a (estacionamento autorizado) e um painel adicional modelo 11d (símbolo internacional de acessibilidade). Na implementação da sinalização e das marcas rodoviárias, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto. Na marca M11 (passagem para peões) deve ser respeitado o Decreto-Lei 163/2006 de 8 de agosto, no que diz respeito ao rebaixamento dos passeios de acesso.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezassete:** *Melhoramento dos níveis de segurança na Avenida Comendador Ângelo da Silva Azevedo (na rotunda junto à GNR Cesar), freguesia de Cesar – Aprovação. =*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação " (art.º 64.º, n.º2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete "administrar o domínio público municipal, nos termos da lei", bem como "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município" (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Que é necessário melhorar os níveis de segurança rodoviário na Avenida Comendador Ângelo Silva Azevedo, (na rotunda junto à GNR e Cesar); - Nesse sentido, tendo em conta a informação técnica I/7585/2012 e peça desenhada, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: A colocação de sinalização vertical de acordo com os locais indicados na peça desenhada, que consiste na colocação de quatro sinais verticais do tipo A11 (perigo de neve ou gelo), garantindo assim a melhoria dos níveis de segurança dos peões e automobilistas. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º41/2002 de 20 de agosto.”* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezoito:** *Melhoramento dos níveis de segurança no entroncamento da Travessa do Requeixo com a Rua do Requeixo, freguesia de Macinhata da Seixa – Aprovação. =*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação " (art.º 64.º, n.º2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete "administrar o domínio público municipal, nos termos da lei", bem como "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento*

normal das atribuições do município" (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário melhorar os níveis de segurança rodoviário no entroncamento da Travessa do Requeixo com a Rua do Requeixo. Nesse sentido, tendo em conta a informação técnica I/112515/2011 e peça desenhada (documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), propõe-se: A colocação de sinalização vertical, um sinal vertical B2 (paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento, um sinal vertical C1 (sentido proibido), um sinal vertical C11a) (proibido virar à direita), um sinal vertical C11b) (proibido virar à esquerda), um sinal vertical H3 (trânsito de sentido único), garantindo assim a melhoria dos níveis de segurança dos peões e automobilistas. Na implementação da sinalização e das marcas rodoviárias, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º41/2002 de 20 de agosto." =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezanove:** Melhoramento dos níveis de segurança na Rua de Bráfemes, Rua da Boavista, Rua Manuel José Pinho Júnior e na Praça do Senhor da Campa, freguesia de Santiago de Riba-Ul – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação " (art.º 64.º, n.º 2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete "administrar o domínio público municipal, nos termos da lei", bem como "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município" (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário melhorar os níveis de segurança rodoviário na Rua de Bráfemes, Rua da Boavista, Rua Manuel José Pinho Júnior e na Praça do senhor da Campa. Nesse sentido, tendo em conta a informação técnica I/111270/2011 e peças desenhadas, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: A colocação de sinalização vertical e horizontal, que consiste na colocação de um sinal vertical H4 (via pública sem saída), 4 sinais de trânsito proibido a veículos de peso total superior a 3.5 toneladas do tipo c6, um com o painel adicional indicador de distância modelo 1 com a inscrição “50m” e outro com o painel adicional indicador de distancia modelo 1 com a inscrição “400m” e uma marca rodoviária de cor amarela reguladora de estacionamento e paragem do tipo M12 (linha contínua junto ao limite da faixa de rodagem) de acordo com planta anexa, garantindo assim a melhoria dos níveis de segurança dos peões e automobilistas. Na implementação da sinalização e das marcas

*rodoviárias, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º41/2002 de 20 de agosto.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte:** *Proposta de ordenamento de trânsito na Rua Bento Landureza, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação ” (art.º 64.º, n.º2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito de uma forma mais correta na rua Bento Landureza, Oliveira de Azeméis. Nesse sentido, tomando em conta a Informação Técnica I/69236/2011, propõe-se: - Pintura de marca rodoviária M11 (passagem de peões) no final da rua Bento Landureza (junto ao Pingo Doce), e colocação de dois sinais verticais H7 (passagem para peões); - propõe-se a marcação de uma marca horizontal M1 (linha contínua) e duas marcas M3 (linha mista) na Rua Bento Landureza, na zona do cruzamento entre a mesma e a rua José Moreira Dias, Manuel Lúcio Gomes Rodrigues e Travessa Bento Landureza, conforme o desenho em anexo a informação I/69236/2011 (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas). Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º41/2002 de 20 de agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º2/2011 de 03 de março.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Proposta de ordenamento de Trânsito na Rua do Mosteiro, freguesia de Vila de Cucujães – Aprovação.* =====

=====  
 ===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação ” (art.º 64.º, n.º2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito de uma forma mais correta na rua do Mosteiro, Vila de Cucujães, no sentido de alertar os condutores para os perigos do traçado da via. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/84117/2011, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A marcação de uma marca rodoviária M1 (linha continua), e colocação de dois sinais verticais “A1c - curva e contracurva”, na rua do Mosteiro, junto ao nº411, depois da passagem de nível (segue em anexo planta de localização). Na colocação do sinal deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º41/2002 de 20 de agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º2/2011 de 3 de março.” =====

=====  
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====  
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====  
 ===== **Ponto vinte e dois:** Proposta de ordenamento de trânsito no caminho sem saída entre a Rua do Cruzeiro e Travessa do Cruzeiro, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação.=====

=====  
 ===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação” (art.º 64.º, n.º2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, em termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito de uma forma mais correta no caminho entre a rua do Cruzeiro e a travessa do Cruzeiro, Oliveira de Azeméis. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/102393/2011, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A colocação de sinal B2: paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento; - A colocação de sinal H4: via pública sem saída. Na colocação do sinal deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações

introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º41/2002 de 20 de agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º2/2011 de 3 de março.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e três:** Proposta de ordenamento de trânsito em várias ruas na Freguesia de Travanca – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação” (art.º 64, n.º 2, alínea a); Que também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito de uma forma mais correta nas referidas ruas, na freguesia de Travanca, no sentido alertar os condutores para ruas sem saída. Nesse sentido, tendo em conta a informação técnica I/82492/2011, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: A colocação de sinais verticais, “H4 – via pública sem saída”, para informar os automobilistas que a via não tem saída, nas seguintes ruas: - Travessa da Rua do Monte de Além; - Travessa da Liberdade; - Rua do Casal. Na colocação do sinal deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto. Na marca M11 (passagem para peões) deve ser respeitado o Decreto-Lei 163/2006 de 8 de agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 03 de março.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e quatro:** Proposta de postura de trânsito na freguesia de Macieira de Sarnes – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à

*Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação " (art.º 64.º, n.º2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete "administrar o domínio público municipal, nos termos da lei", bem como "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município" (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito e informar os condutores de forma mais correta, para melhorar os níveis de segurança rodoviária da Freguesia de Macieira de Sarnes. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/1682/2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A implantação da seguinte sinalização: - Sinalização Vertical: 24 – Sinais – B1 – Cedência de passagem; 9 Sinais – B2 – Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos; 6 Sinais – H4 – Via pública sem saída; 1 Sinal – A25 – Trânsito nos dois sentidos; 2 Sinais – D1a – Sentido obrigatório; 2 – Sinais D1b – Sentido obrigatório; 1 Sinal – D1e – Sentido obrigatório; 7 Sinais – C1 – Sentido proibido; 3 Sinais – C9 – Trânsito proibido a veículos de altura superior a 2,3 metros; 1 Sinal – C11a – Proibição de virara à direita; 2 sinais – C11b – Proibição de virar à esquerda. Marcas rodoviárias: 3 Marcas rodoviárias – Linha amarela contínua. A sinalização deverá ser implantada segundo as indicações da planta anexa (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com as espessuras espaçamentos, formas e localizações indicadas. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de março. A sinalização prevista nesta postura será implementada de forma faseada. A sinalização só produzirá efeito após a sua implementação e registo na base de dados da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis disponível no seguinte endereço eletrónico <http://portalgeografico.cm-oaz.pt/>.” =====*

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e cinco:** Proposta de alteração de lugar de estacionamento de Táxi na freguesia de Carregosa – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação " (art.º 64.º, n.º2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete "administrar o domínio público municipal, nos termos da lei", bem como "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento



normal das atribuições do município" (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que em 11/08/2010, o requerente Táxis Miguel e Correia Ld.ª titular das licenças de táxi n.ºs 1 e 2 com os respetivos alvarás 14314 e 12732, veio solicitar através do E/26388/2010 a alteração de 2 lugares de estacionamento na Freguesia de Carregosa sugerindo o seguinte local: Rua Augusto Santos; - O n.º 2 do artigo 13º do Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros salienta que "pode a Câmara Municipal, no uso das suas competências próprias em matéria de ordenação do trânsito alterar, dentro da área para que os contingentes são fixados, os locais onde os veículos podem estacionar, quer no regime de estacionamento condicionado quer no regime de estacionamento fixo"; - Nesse sentido, tendo em conta a informação técnica I/87125/2011, propõe-se: A alteração de dois lugares de estacionamento na Freguesia de Carregosa à empresa Táxis Miguel e Correia Ld.ª, para a baía de estacionamento existente junto da Junta de Freguesia na Rua Augusto Santos. Consistindo na marcação dos lugares através de sinalização horizontal (pintura no pavimento) e implantação de sinais verticais H1a (estacionamento autorizado) com a placa adicional do modelo 11j. Na implementação da sinalização e das marcas rodoviárias, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º41/2002 de 20 de agosto =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e seis:** Proposta de implantação de um lugar para deficientes na Rua Doutor Artur Correia Barbosa, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: " Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação" (art.º 64, n.º 2, alínea a); - Que também lhe compete "administrar o domínio público municipal, nos termos da lei", bem como "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município" (art.º 64, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que a rua em causa não possui nenhum lugar reservado para deficientes; - Nesse sentido, tendo em conta a informação técnica I/96288/2011 e peça desenhada (documentos estes que ficam arquivado em pasta anexa ao livro de atas), propõe-se: - A marcação de uma marca rodoviária (estacionamento para deficientes cor amarela, com uma largura útil não inferior a 2,5 m, possuir uma faixa de acesso lateral com uma largura útil não inferior a 1 m e ter um comprimento útil não inferior a 5 m) deve ser sinalizada com um sinal vertical H1a

(estacionamento autorizado) e um painel adicional modelo 11d (símbolo internacional de acessibilidade). Nas marcas rodoviárias, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto. A marcação do lugar para deficientes, deve respeitar também o Decreto-Lei 163/2006 de 8 de agosto.”=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e sete:** Proposta de criação de espaço público de estacionamento para os utentes da Casa Museu Regional de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “- Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação” (art.º 64º, n.º 2, alínea a)); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta a alínea b), do número 1, do artigo 4.º do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara pode definir local de estacionamento gratuito, para fins específicos, no horário que para o efeito venha a estabelecer-se. Nesse sentido, tomando em conta a Informação Técnica I/96254/2011, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - Que seja criado um lugar de estacionamento para os utentes da Casa Museu Regional de Oliveira de Azeméis, no horário das 9 horas às 19 horas. O lugar deverá ser identificado através de sinal vertical H1a (Estacionamento autorizado), com placa duas placas adicionais, uma modelo M11a com a inscrição “Casa Museu Regional” e uma placa adicional modelo 7d com a inscrição “dias uteis das 9 às 19h”, este lugar deverá situar-se junto do topo nascente, da Rua Doutor Manuel Arriaga identificado com a referida sinalização. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de março. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e oito:** Proposta de sinalização no entroncamento da Rua Doutor Tomás António Fernandes com a Travessa Manuel Alegria e a Rua Frei Caetano Brandão, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir equipamentos, serviços, redes de circulação ” (art.º 64.º, n.º2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º.64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar a circulação de trânsito nessa zona de forma mais correta e melhorar assim os níveis de segurança do entroncamento da Rua Dr. Tomás António Fernandes, com a Travessa Manuel Alegria e a Rua Frei Caetano Brandão. Nesse sentido, tomando em conta a Informação Técnica I/1949/2012, (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), propõe-se: - A implantação da seguinte sinalização: 2 – B2 – Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos; 2 – H7 – Passagem para peões; 2 – D3a – Obrigação de contornar a placa ou obstáculo; 1 – A24 – Cruzamento ou entroncamento. A sinalização vertical deverá ser implantada nas localizações indicadas na planta anexa (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas). Marcas rodoviárias: A sinalização horizontal deverá ser implantada segundo as indicações da planta anexa, com as espessuras, espaçamentos, formas e localização indicadas. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º41/2002 de 20 de agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º2/2011 de 03 de março. A sinalização só produzirá efeitos após a sua Implementação e registo na base de dados da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis disponível no seguinte endereço eletrónico <http://portalgeografico.cm-oaz.pt/>” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== O Senhor Presidente vai desculpar mas temos sido muito pacientes consigo. Acho absolutamente deselegante, para não dizer grossal, a forma como estas Assembleias às vezes são conduzidas. E não é por mim, estou absolutamente disponível quando venho para cá uma

*tarde para estar aqui até à meia-noite se for preciso a discutir, uma vez que foi eleito e foi com isso que me comprometi, mas as pessoas que vêm assistir não podem assistir a este tipo de coisas. Não é a questão se os pontos são votados em conjunto ou se não são, é a forma como se brinca com estas situações, a forma como não se dá a palavra quando os membros a pedem mesmo que o Regimento o contemple. Enfim, nós vamos deixando as coisas passarem mas não pode ser assim, não é a mim que o Senhor está a faltar ao respeito é aos Oliveirenses. Acho que o tenho de recordar, desculpe, enquanto membro e enquanto Presidente da Assembleia Municipal a sua postura tem de ser outra, o Senhor não é ou não está a representar um determinado partido. Aliás tem até o exemplo do Senhor Presidente de Câmara que nunca fez este tipo de coisas quando foi Presidente da Assembleia Municipal. Desculpe mas este tipo de coisas não podem voltar a acontecer. =====*

*===== **Ponto vinte e nove:** Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação final. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação do executivo de 19 de julho último sobre a proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Oliveira de Azeméis e decorrido o período de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Junta-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta final da classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Oliveira de Azeméis, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos a falar da Freguesia de Oliveira de Azeméis, a tramitação foi feita, a discussão foi feita, a aprovação foi feita e portanto estamos em condições de votar a ata e também o relatório em anexo, o Senhor Presidente da Junta concordou e assinou bem como todos aqueles que participaram na discussão dos mesmos. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto trinta:** Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis - Freguesia de Fajões – Aprovação final. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação do executivo de 12 de abril último sobre a proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Fajões e decorrido de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Junta-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta final da classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Fajões, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Também foi feito esse trabalho relativamente aos caminhos e portanto foram analisadas todas as questões e estamos em condições de poder aprovar e votar esta classificação e cadastro dos caminhos públicos de Fajões.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Jorge Paiva.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva, do PSD.* =====

===== *Boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, imprensa aqui presente. Eu era breve, não me vou opor à votação final mas queria que me desse aqui um esclarecimento se faz favor Senhor Presidente, relativamente à rua 75, 77, 80, 81, 82, 84 e 85 atendendo a que o topónimo “Rua Augusto Pais Ferreira” mudou, em reunião de Câmara e eu pergunto se estas ruas também irão ser renomeadas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, todas as perguntas são naturalmente legítimas e merecedoras de esclarecimento, o que se passa aqui é que a alteração do topónimo foi feito posterior a esta aprovação, naturalmente que se adapta partindo do pressuposto que alterando a toponímia também se altera a questão dos caminhos das confrontações, não há dúvida nenhuma relativamente a essa matéria, portanto está esclarecida a questão.* =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – freguesia de Fajões. =====

===== **Ponto trinta e um:** Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Loureiro – Aprovação final. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação do executivo de 5 de julho último sobre a proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Loureiro e decorrido de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Junta-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta final da classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Loureiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito bem, a explicação é a mesma, o trabalho foi feito no terreno teve a participação do Presidente da Junta, da Comissão respetiva e estamos em condições agora de os aprovar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – freguesia de Loureiro =====

===== **Ponto trinta e dois:** Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Santiago de Riba - UL – Aprovação final. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação do executivo de 12 de abril último sobre a proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Santiago de Riba-UL e decorrido de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Junta-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta final da classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Santiago de Riba-UL, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Aquilo que eu disse para as outras freguesias é igual para Santiago de Riba-Ul, o trabalho de casa foi feito teve a participação ativa da Junta de Freguesia, em particular do seu Presidente e portanto foi feita a discussão pública do mesmo e estamos em condições de o aprovar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – freguesia de Santiago de Riba-Ul ==

===== **Ponto trinta e três:** Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Travanca – Aprovação final. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação do executivo de 12 de abril último sobre a proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Travanca e decorrido de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Junta-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta final da classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Travanca, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado. Esta também foi uma matéria de ampla discussão e de ampla participação, o processo decorreu com toda a normalidade, demos as explicações todas, os esclarecimentos, muito trabalho de campo, trabalho de terreno e portanto também estão reunidas as condições para podermos aprovar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – freguesia de Travanca. =====

===== **Ponto trinta e quatro:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Ossela – Aprovação final.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação do executivo de 21 de junho último sobre a proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Ossela e decorrido de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Junta-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta final da classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Ossela, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, precisamente a mesma situação, portanto o trabalho de campo foi feito, teve a participação ativa também do Senhor Presidente da Junta e chegou agora o momento de podermos aprovar e passar a estar a situação definitivamente regularizada.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – freguesia de Ossela* =====

===== **Ponto trinta e cinco:** *PI/9518/2011 – Fluidotróica – Equipamentos Industriais – Margem de acerto e retificação.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Como sabem isto foi aprovado ainda antes da entrada da suspensão do PDM e portanto estando o período da discussão pública a decorrer não faz sentido, não faz sentido nem é legal e portanto tem que se aguardar pelo desfecho do PDM. Portanto pedia-lhe que retirasse este ponto Senhor Presidente, se faz favor.* =====

===== *Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos.* =====



===== **Ponto trinta e seis:** *Declaração de Utilidade Pública para a implementação da área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro – Retificação das parcelas n.ºs 40-B; 62, 63, 82, 84 e nova parcela n.º 96.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ No desenvolvimento das diligências inerentes ao processo expropriativo para implementação da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, iniciada com a resolução de requere a Declaração de Utilidade Pública (I/40402/2011), aprovada em reunião de Câmara de 26 de Abril de 2011 e em Assembleia Municipal a 29 de Abril de 2011, retificada a 30 de Dezembro do mesmo ano, constatou-se a necessidade de correção geométrica e respetivas áreas das parcelas de terreno 40-B; 62;63;82 e 84 e de se ter verificado a existência de mais uma parcela de terreno. Neste sentido efetuou-se a correção da planta cadastral. Nos termos e enquadramento enunciado no I/40402/2011, propõem-se a aprovação da retificação da Declaração de Utilidade Pública para a implementação da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro e o seu envio para a Assembleia.”*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Isto tem sido um trabalho quase de ourivesaria, não é? Porque estamos a falar de 124 parcelas e portanto, as vistorias que foram feitas quer pela Câmara , quer pelo Tribunal, chegamos à conclusão que havia aqui questões que não estavam processualmente bem tramitadas. Como nestas coisas até há normalmente boa vontade das pessoas para avançamos e não vale a pena corrermos riscos e portanto é uma questão de precaução também é uma questão de legalidade trazer aqui para retificar esta situação que decorre das dificuldades que há no registo dos cadastros. É uma coisa impressionante eu acho que não é defeito de Loureiro, mas herança de, depois passou para a filha de, depois a filha já está na Alemanha e está na Suíça e está não sei aonde e só vem aqui não sei quê, portanto tem sido uma coisa terrível. Mas felizmente estamos a levar a água ao moinho tem havido a colaboração de toda a gente, mesmo ali do Senhor Presidente da Junta quando é preciso identificar alguém ou alguma coisa, porque conhece melhor as pessoas do que nós e felizmente que isso se tem feito, ainda este fim-de-semana resolvemos um problema de uma senhora que era o único fim-de-semana que vinha a Loureiro e depois não vinha mais e portanto tivemos sorte, a senhora foi impecável. E portanto estamos aqui a retificar para depois ninguém mais à frente poder levantar algum problema sobre a questão da área.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada =====

===== **Ponto trinta e sete:** *Concessão do TUAZ – Retificação das peças procedimentais e prorrogação do prazo de apresentação de propostas – Ratificação e convalidação de atos entretanto praticados.* =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: a) as condições gerais da concessão foram aprovadas, conforme determina o disposto na alínea q), do n.º 2, do artigo 53º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelo Órgão Executivo e Assembleia Municipal, respectivamente, na sua reunião de 6 de dezembro de 2011 e sessão de 30 de dezembro de 2011; b) foram rececionados pedidos de esclarecimentos que implicam a alteração/retificação das peças; c) apesar de ser realizada, no próximo dia 27 de janeiro de 2012 uma sessão extraordinária, não poderá ser contemplado este assunto; d) a próxima sessão, previsivelmente, apenas se realizará em abril; e) há a necessidade de dar continuidade às fases processuais. Prático, nos termos do estatuído no n.º 3, do artigo 68º, do Decreto-Lei n.º 169/99, e 18 e setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, os seguintes atos: A alteração/retificação das peças procedimentais, nos seguintes termos: - Que a renda mensal seja definida 6 (seis) meses após o início da concessão, tendo por base o número mensal de passageiros utilizadores do serviço. Este número mensal deverá ser apresentado por grupos alvo e ser enviado, pelo concessionário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do término dos 6 (seis) meses. Para apuramento da renda mensal será tida em consideração a média dos resultados apresentados bem como a média do valor das tarifas praticadas por grupo alvo. A este resultado será aplicada uma taxa de 2%, podendo o resultado obtido ser alvo de negociação por acordo entre as partes. – Que, no subfactor 2.1, constante no ponto 11 do Programa de Concursos, seja considerada a pontuação máxima para as viaturas cujo ano de fabrico seja 2011 ou 2012; - Que seja permitida a alteração da lotação máxima das viaturas desde que as dimensões máximas indicadas não sejam ultrapassadas e que sejam assegurados, no mínimo, 15 lugares sentados. Autorização de envio de anúncio de prorrogação do prazo para publicação no Diário da República. Que, nos termos do disposto no artigo 64º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) se proceda à prorrogação do prazo para entrega de propostas até às 23.59h do dia 6 de fevereiro de 2012. O presente despacho deverá ser submetido à próxima reunião de Câmara e sessão da assembleia para ratificação e convalidação pelo órgão executivo de todos os atos entretanto por mim praticados.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Senhor Presidente, eu aliás, se o Senhor me autorizar, até posso dar mais algumas informações sobre esta matéria que não estão adstritas ao ponto diretamente, mas acho que os Senhores Deputados gostarão de saber. Em primeiro lugar, houve uma alteração do processo onde todos os interessados foram contactados, portanto ninguém aqui se pode dizer prejudicado e isto tem que vir também à Assembleia Municipal e é o que vem aqui fazer relativamente à peça processual do Tuaz. Ainda não podíamos ter hoje tomado nenhuma decisão ou conversado sobre isso na Assembleia Municipal, mas só dar-vos nota que a adjudicação do serviço será feita durante o mês de março se não houver nenhuma coisa que prejudique o normal decorrer do processo. Concorreram cinco empresas, dar-vos nota que concorreu a Caima Transportes, concorreu a AVReis, concorreu a UTS Lda., concorreu a Ovnitur e concorreu a Transcolvia portanto foram as empresas que apresentaram propostas e portanto o júri está na fase de análise das mesmas. Ei espero como disse durante o mês de março poder adjudicar este serviço e podermos encerrar este processo. Muito obrigado, Senhor Presidente.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, ratificando e convalidando assim todos os atos entretanto praticados*=====

===== ***Ponto trinta e oito:** Comissão de Acompanhamento à Central de Biomassa, sita em Silvaes, freguesia de Carregosa.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada seguinte proposta: “ Em 30/04/2007 a Assembleia de Freguesia aprovou uma proposta de se constituir uma Comissão de Acompanhamento à Central de Biomassa instalada nesta Freguesia, no lugar de Silvaes. Esta Comissão vinha de encontro à solicitação da população aí residente e era resposta à disponibilidade de abertura apresentada pelo proprietário, na reunião que se realizara anteriormente, no auditório, desta Freguesia para informação da população. Quando se aprovou a proposta, aprovou-se que a Comissão de Acompanhamento deveria ser constituída pelos seguintes elementos: um elemento da Junta, dois da Assembleia de Freguesia, dois da população do lugar de Silvaes e dois da Assembleia Municipal. Esta Comissão acabou por nunca ter reunido pois só muito recentemente a Central iniciou a sua laboração e entretanto a legislatura alterou-se. Nessa perspectiva, solicitamos a V. Ex.<sup>a</sup> a eleição, na Assembleia Municipal, e dois representantes conforme o que foi feito em 2007, para integrar a Comissão com os elementos já designados e proceder conforme lhes foi solicitado na reunião pública que na altura existiu.”*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer: “Chegou à Mesa uma proposta conjunta do PSD e do PS, que propõe o Senhor José Domingos Campos e o Dr. Fernando Pais Ferreira para serem os dois representantes na Comissão de Acompanhamento à Central de Biomassa.”* =====

===== *Seguidamente procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, estando presentes na altura da votação quarenta e cinco dos quarenta e seis membros que a compõe tendo-se verificado a seguinte votação: quarenta e três votos a favor na lista A e dois votos em branco, ficando designados o Senhor José Domingos Campos da Silva e o Dr. Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira como representantes deste Órgão, na Comissão de Acompanhamento à Central de Biomassa instalada no lugar de Silvares, freguesia de Carregosa.* =====

===== **Ponto trinta e nove:** *Constituição do Conselho Cinegético Municipal de Oliveira de Azeméis – Designação de um Presidente de Junta de Freguesia.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em consideração: - O Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 02/2011, de 06 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética; - A participação da sociedade civil na política cinegética efetiva-se no Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna e nos Conselhos Cinegéticos e da Conservação da Fauna (artigo 152º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto – Lei n.º 02/2011, de 06 de janeiro); - Os Conselhos Cinegéticos e da Conservação da Fauna, abreviadamente designados por Conselhos Cinegéticos Municipais, são órgãos consultivos que se constituem a nível municipal, sendo presididos pelo Presidente da Câmara Municipal (artigos 156º e 157º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 02/2011, de 06 de janeiro); - São competências deste Conselho (Artigo 158º do Decreto-Lei n. 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 02/2011, de 06 de janeiro); a) propor à administração as medidas que considerem úteis à gestão e exploração dos recursos cinegéticos; b) Propiciar que o fomento cinegético e o exercício da caça, bem como a conservação da fauna, contribuam para o desenvolvimento local, nomeadamente para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais; c) Apoiar a administração na fiscalização das normas legais sobre a caça e na definição de medidas tendentes a evitar danos causados pela caça à agricultura; d) Emitir parecer, no prazo de 15 dias, sobre a concessão de Zonas de Caça Associativa (ZCA) e Zonas de Caça Turística (ZCT), a criação e transferência de Zonas de Caça Nacionais (ZCN) e Zonas de Caça Municipais (ZCM), bem como sobre a anexação de prédios rústicos a zonas de caça e, ainda, sobre a transferência de gestão de terrenos cinegéticos não ordenados e suas renovações, findo o qual pode o procedimento prosseguir e vir*

*a ser decidido sem o parecer; e) Emitir parecer sobre as prioridades e limitações dos diversos tipos de zona de caça; f) Facilitar e estimular a cooperação entre os organismos cujas ações interfiram com o ordenamento dos recursos cinegéticos. – Os Conselhos Cinegéticos Municipais são constituídos pelos seguintes vogais (artigo 157º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro): a) Três representantes dos caçadores do concelho; b) Dois representantes dos agricultores do concelho; c) Um representante das Zonas de Caça Turística (ZCT) do concelho (não aplicável ao concelho de Oliveira de Azeméis – no concelho não existem Zonas de Caça Turística, somente Zonas e Caça municipais e Zona de Caça Associativa); d) Um representante das associações de defesa do ambiente existentes no concelho; e) Um autarca de freguesia a eleger em assembleia municipal; f) Um representante da Autoridade Florestal Nacional sem direito a voto; g) Um representante do INC, no caso de a área do município abranger áreas classificadas, sem direito a voto (não aplicável ao concelho de Oliveira de Azeméis – não existem áreas classificadas); - A composição de cada conselho é fixada por despacho do membro do Governo responsável pelas áreas da agricultura e do desenvolvimento rural (artigo 157º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro); - Duração do mandato dos membros destes conselhos é de quatro anos (n.º 4 do artigo 157º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro); - A Portaria n.º 1535/2002 (2.ª Série), de 18 de outubro de 2002, nomeou o Conselho Cinegético de Oliveira de Azeméis, não tendo sido efetuada renomeação até à data; propõe-se: - Sejam contatadas as seguintes entidades: Cooperativa Agrícola de produtores de Leite (Pro-Leite), Autoridade Florestal Nacional, Associações/Clubes de Caça e Pesca existentes no concelho (Clube de Caça e Pesca do Cercal, S. Roque; Clube Associativo e Caça e Pesca Loureirense, Loureiro; Clube de Caçadores do Covo; Clube de caça e Pesca de Cesar; Associação Ecológica de Caça e Pesca de Ossela) e associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria (ADRITEM), para nomeação dos seus representantes; - Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal, para designação de um autarca de freguesia a integrar o Conselho Cinegético Municipal; - Seja devidamente constituído o Conselho Cinegético Municipal de Oliveira de Azeméis.” =====*

*===== No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia disse: “Chegou à Mesa uma proposta conjunta do PSD e do PS, que propõe a indicação do Presidente de Junta de Freguesia de Ul, Hugo Pereira.” =====*

*===== Seguidamente procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, estando presentes na altura da votação quarenta e quatro dos quarenta e seis membros que a compõe tendo-se verificado a seguinte votação: quarenta votos a favor na lista A e quatro votos em branco, ficando designado o Senhor Hugo Manuel Gomes Silva Pereira, Presidente da Junta de*

*Freguesia de Ul, como representante deste Órgão para integrar o Conselho Cinegético Municipal de Oliveira de Azeméis. =====*

**=== PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO) ===**

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Prof. Leonel Martins =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Prof. Leonel Martins. =====*

*===== Boa noite a todos os presentes. A minha intervenção, hoje, enquadra-se um pouco na temática da própria Assembleia que teve ver com questões de trânsito e de segurança dos peões. Em termos ao trânsito eu vinha aqui com uma proposta, que aliás já tinha sido ventilada numa Assembleia de Freguesia, que é junto ao Quartel dos Bombeiros, portanto que vem na rua, creio que é, Ernesto Pinto Bastos em sentido ascendente, portanto quem vem lá em cima acontece frequentemente que há pessoas, que eventualmente não são de cá de Azeméis, e não se apercebem que é proibido ir em frente, portanto, não reparam nas placas a indicar sentido obrigatório de ir para a direita ou para a esquerda e já tem sucedido inúmeras vezes, as pessoas vão sempre em frente, ainda recentemente aconteceu com um Senhor que vinha de Loureiro e estava completamente despistado, queria sair de Azeméis e enfiou-se por ali acima, foi a direito e eu encontrei-o na esquina, tem lá uma casa de estética, e o senhor vinha por alia acima. Portanto a minha sugestão era que eventualmente fosse colocado ali um triângulo, acho que tem espaço, um triângulo no chão que indiciasse melhor aos condutores que era proibido ir em frente, aliás se fosse em frente podia acabar por bater no passeio e portanto com a indicação obrigatoriamente ou para a direita ou para a esquerda. Depois relativamente à segurança dos peões, e eu peço desculpa de estar sempre a insistir, é como bater no ceguinho, é a questão do calvário. Portanto o Executivo já teve a amabilidade de me explicar o porquê de não ter sido construído o passeio, portanto continuam a subsistir problemas com o proprietário de um terreno, inclusivamente disseram que tinha sido adquirido algum material que seria para se usar no passeio e pretendiam realmente fazer um trabalho de fundo, fazer um passeio em condições. Se eventualmente o Executivo entende que isto é uma questão de mais mês menos mês, uma questão a curto prazo, eu acho que quem aguentou tantos anos aguenta mais um mês ou dois, no entanto, se vêem que a situação é para protelar por muito mais tempo, eu continuava a insistir na minha solução provisoria que era demarcar com uma linha. Aliás eu continuava a insistir que o próprio GEDAZ tem uma atividade que é ligada com a marcha e um dos percursos é precisamente passando pelo Calvário, portanto não basta dar o colete refletor, para dar segurança às pessoas e portanto nesse sentido achava que era preciso tomar uma medida. Também em termos de segurança era uma outra situação que acontece frequentemente na Zona*

*Pedonal, naquele percurso a seguir ao Museu Regional tem lá uma placa a dizer trânsito proibido - apenas para cargas e descargas, um bocadinho mais à frente tem uma zona dedicada às crianças que tem lá um baloiçozinho, tem dois bancos para as pessoas se sentarem e inicialmente quando foi criada a Zona Pedonal tinha lá dois vasos que ainda lá estão, mas os vasos estavam colocados de tal forma que impossibilitava o trânsito a veículos que chegassem lá e virassem para a esquerda. Acontece que eu nunca passei por lá, mas não sei será mais fácil ir por lá do que cortar em cima no Justino, mas há muitas pessoas, nomeadamente de Oliveira de Azeméis, que não respeitam a placa e preferem ir em frente e chegam ali e cortam à esquerda, nomeadamente estão por vezes ali crianças, e já deram cabo do piso e foi repostado pela Câmara, há pessoas que estão sentadas naqueles dois bancos e passam ali pelo meio. Qual será a solução mais difícil de fazer, é colocar lá os dois vasos no meio, só que depois é capaz de não agradar às pessoas ali da zona. Então, se calhar vai-se para a mais fácil, que é tirar a placa do trânsito proibido e os peões já sabem que têm de ir nos cantinhos porque o trânsito passa por ali. Uma outra situação também mais à frente tem lá dois mecos e há uns tempos atrás eles descobriram que se passava pelo lado direito e então colocaram lá um vaso, mas agora há motoristas que já descobriram que se consegue ir pelo lado esquerdo dos mecos e há indivíduos que chegam lá e viram aproveitam o espaçozinho e passam por lá também. Para finalizar queria felicitar a Câmara por um serviço que foi criado e que está ao dispor de todos os municípios, chama-se - Serviço de Informação e Apoio aos Municípios, eu já tive de recorrer a ele. Portanto inicialmente o serviço funcionava na Câmara, não tinha grande visibilidade exterior e agora foram transferidos para um espaço junto ao Mercado Municipal e tem mais visibilidade. Eu como disse já o utilizei e constatei que o espaço em si é um espaço agradável, tem dois funcionários amáveis com bastante competência, bastante diligentes e eu portanto queria felicitar a Câmara precisamente por esse serviço. Tanto mais que as pessoas geralmente recorrem à DECO, mas depois implica que sejam sócios e mais não sei quantos e têm um serviço gratuito e de qualidade e portanto queria realçar este “investimento” do Executivo. Muito boa noite a todos.*

*===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Bom fim-de-semana e até à próxima. =====*

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====*